



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal khury**

## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

### **Redação Final ao Projeto Lei nº 763/2013**

Dispõe sobre a convocação de servidor ocupante de cargo efetivo do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição para integrar equipes de trabalho, forças tarefas, comissões, correições e inspeções, bem como para atuar como servidor auxiliar na Corregedoria-Geral da Justiça, conforme específica e adota outras providências.

#### **CAPÍTULO I**

##### **DOS CONCEITOS GERAIS**

**Art. 1º** O Presidente do Tribunal de Justiça poderá, quando se revelar necessário ao interesse da Justiça e mediante requisição do Corregedor-Geral da Justiça, convocar servidores ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição para:

I – integrar equipes de trabalho destinadas à formação de forças tarefas, atividades de treinamento e outras atribuições correlatas, vinculadas à Corregedoria-Geral da Justiça;

II – integrar equipes de reforço às equipes de trabalho tratadas no inciso antecedente, com vistas a reforçar e apoiar as atividades desenvolvidas;

III – atuar como servidor auxiliar na Corregedoria-Geral da Justiça, com atribuições definidas no Anexo desta Lei.

**Art. 2º** Para os efeitos desta Lei considera-se:

I - equipe de trabalho: o agrupamento de servidores ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição, destinado à atuação nas finalidades descritas no inciso I do art. 1º desta Lei;

II - equipe de reforço: a equipe adicional de servidores ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição que passa a integrar em caráter eventual o funcionamento da equipe de trabalho, com objetivo de prestar-lhe colaboração;

III - servidor auxiliar: o servidor ocupante de cargo efetivo do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição convocado para auxiliar a Corregedoria-Geral da Justiça, por período determinado, nas finalidades descritas no inciso III do art. 1º desta Lei.

## **CAPÍTULO II DAS EQUIPES DE TRABALHO**

**Art. 3º** O servidor convocado nas hipóteses do inciso I do art. 1º desta Lei comporá equipes de trabalho e permanecerá lotado em Direção de Fórum do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, sendo designado para a Escola de Servidores da Justiça Estadual do Paraná - ESEJE e subordinado ao Corregedor-Geral da Justiça.

**Art. 4º** Serão convocados até o limite de seis Analistas Judiciários e quinze Técnicos Judiciários para comporem as equipes de trabalho, escolhidos dentre os servidores ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição lotados na Comarca da Região Metropolitana Curitiba.

**Art. 5º** O servidor será convocado para compor equipes de trabalho por prazo determinado, renovável conforme o interesse da Administração, pelo período máximo de dois anos, prorrogável por idêntico período uma única vez.

**Parágrafo único.** O servidor convocado não fará jus a qualquer gratificação ou função comissionada adicional, salvo o recebimento de eventuais verbas indenizatórias.



### **CAPÍTULO III DAS EQUIPES DE REFORÇO**

**Art. 6º** O servidor convocado nas hipóteses do inciso II do art. 1º desta Lei comporá equipes de reforço e continuará lotado na sua unidade de origem, porém ficará designado e subordinado ao Corregedor-Geral da Justiça.

**Parágrafo único.** Os servidores convocados para compor as equipes de reforço serão escolhidos, preferencialmente, dentre os servidores da comarca em que a atividade da convocação se realizar ou de comarcas contíguas, em quantidade que se demonstrar necessária, mediante ato fundamentado.

**Art. 7º** As equipes de reforço são compostas por servidores efetivos e estáveis ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição, escolhidos dentre todos os servidores do Judiciário Paranaense, para atuarem por prazo de até sessenta dias, prorrogáveis por idêntico período por uma única vez.

**§ 1º** O servidor convocado não fará jus a qualquer gratificação adicional, salvo o recebimento de eventuais verbas indenizatórias.

**§ 2º** O servidor que durante o período de convocação estiver percebendo função comissionada de Chefe de Secretaria ou Supervisão continuará percebendo a gratificação correspondente durante o período em que estiver convocado.

### **CAPÍTULO IV DO SERVIDOR AUXILIAR**

**Art. 8º** O servidor convocado na hipótese do inciso III do art. 1º desta Lei atuará como auxiliar na Corregedoria-Geral da Justiça e continuará lotado na sua unidade de origem, porém ficará designado e subordinado ao Corregedor-Geral da Justiça.

**Parágrafo único.** Poderão ser convocados até oito servidores para atuar como servidor auxiliar na Corregedoria-Geral da Justiça.

**Art. 9º** O servidor auxiliar será escolhido dentre os servidores efetivos e estáveis ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição, com atuação durante o período máximo de dois anos, prorrogável por idêntico período por uma única vez.

**Art.10.** São requisitos mínimos exigidos do servidor convocado para atuar como servidor auxiliar:

I - não estar respondendo a processo disciplinar ou ter sofrido penalidade disciplinar nos últimos dois anos;

II - deter conhecimento específico sobre área afeta a serviço do 1º Grau de Jurisdição;

III – possuir conhecimento de Gestão Judiciária;

IV - conhecer e operar os Sistemas Processuais de 1º Grau de Jurisdição;

V – ser portador de diploma de curso superior correlato com as atividades desenvolvidas.

**Art.11.** Ao servidor convocado na condição de servidor auxiliar será concedida função comissionada de servidor auxiliar com valor fixo mensal.

**§ 1º** A percepção da gratificação de servidor auxiliar não exclui o direito ao recebimento de eventuais verbas indenizatórias.

**§ 2º** O número de funções comissionadas e seus valores serão definidos no Anexo desta Lei.

**§ 3º** Durante o período de concessão da função comissionada de servidor auxiliar, cessará o pagamento de função comissionada de Direção de Secretaria ou Supervisão e da indenização de transporte eventualmente concedida ao servidor convocado na forma do *caput* deste artigo.

## **CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 12.** As convocações serão regulamentadas por ato do Presidente do Tribunal de Justiça.

**Art. 13.** A forma de atuação e as atividades a serem desenvolvidas pelos servidores convocados nos termos da presente Lei serão objeto de regulamentação mediante ato do Corregedor-Geral da Justiça.

**Art. 14.** O art. 18 da Lei nº 17.474, de 2 de janeiro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18. É vedada a designação de servidor ocupante de cargo efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça em função comissionada prevista para o 1º Grau de Jurisdição, bem como de servidor ocupante de cargo efetivo do Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná para qualquer função comissionada do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça; salvo no caso específico de servidor convocado para atuar na Corregedoria-Geral da Justiça, nas hipóteses definidas em lei."

**Art. 15.** O Anexo I e II da Lei nº 17.474, de 2013, passam a vigorar acrescidos da função de servidor auxiliar, nos termos do Anexo desta Lei.

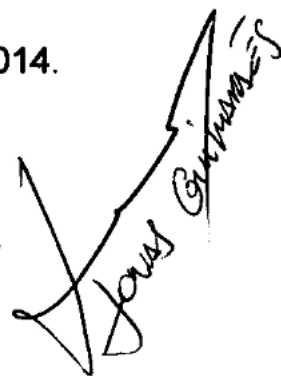
**Art. 16.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 31 de março de 2014.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator

  
Relator

  
Relator

**PROJETO DE LEI**

33/14

**Súmula:** Dispõe sobre o Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO, conforme especifica e adota outras providências.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

**CAPÍTULO I**

**Seção I**

**Das Disposições Preliminares**

**Art. 1º** O Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO é composto por servidores da Polícia Científica, incumbidos das perícias de criminalística, médico-legais e de outras atividades técnicas congêneres, organizado em duas carreiras, estruturadas com dois cargos de quatro classes e onze referências, denominadas:

**I** - Carreira de Perícia Oficial, com o cargo único de Perito Oficial, de provimento efetivo, compreendendo as funções de Médico Legista, Odontologista, Perito Criminal, Químico Legal e Toxicologista;

**II** - Carreira de Auxiliar de Perícia Oficial, com o cargo único de Agente Auxiliar de Perícia Oficial, de provimento efetivo, compreendendo as funções de Auxiliar de Necrópsia e Auxiliar de Remoção de Cadáveres.

**Seção II**

**Das Conceituações**

**Art. 2º** Para os fins desta Lei, considera-se:

**I** - Carreira: agrupamento de um ou mais cargos e suas funções em classes escalonadas que refletem o crescimento profissional do cargo, com amplitude salarial para, no mínimo, trinta e cinco anos de serviço;



**II - Cargo:** unidade funcional básica da estrutura organizacional, do mesmo grau de escolaridade/responsabilidade, composto por uma ou mais funções relacionadas ao desempenho das atividades;

**III - Função:** conjunto de atribuições e tarefas da mesma natureza ocupacional e requisitos, vinculada ao cargo;

**IV - Classe:** escalonamento hierárquico do desenvolvimento profissional de um cargo e suas funções, com a mesma complexidade ocupacional e requisito de escolaridade;

**V - Referência:** a sequência de registros de valores nas classes na tabela de subsídios, para fins de desenvolvimento na carreira, com amplitude salarial utilizada para refletir o horizonte laboral dos integrantes da carreira;

**VI - Promoção:** passagem do funcionário público estável e em efetivo exercício, para a classe imediatamente superior, dentro do mesmo cargo e função;

**VII - Progressão:** é a alteração de uma referência salarial para outra de maior valor, na classe ocupada, concedida ao funcionário público estável e em efetivo exercício, limitada à referência final da classe;

**VIII - Tabela de Referência de Subsídio:** tabela numérica, composta de indicativo de classe (coluna) e referência salarial (linha), cuja interseção reflete o valor do subsídio;

**IX - Subsídio:** vencimento ou vencimento básico das carreiras dos servidores regidos por esta Lei, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória de carreira, salvo vantagens acessórias permanentes ou de indenização;

**X - Vencimento ou Vencimento Básico:** retribuição pecuniária pelo efetivo exercício do cargo e função, expressa em valores absolutos e em moeda corrente.

## **CAPÍTULO II**

### **Seção I**

#### **Do Regime de Trabalho, da Carga Horária e da Jornada**

**Art. 3º** A carga horária semanal de trabalho dos cargos constantes da presente Lei é de quarenta horas ou jornada de oito horas diárias.

**§ 1º** A função de médico legista será de vinte horas semanais.

**§ 2º** Cargos e funções que exijam, por força de condições de trabalho, desempenho diferente da jornada normal ou que prestem serviços aos sábados, domingos e feriados, adotarão as regras já estabelecidas pelo Governo do Estado, na forma da legislação vigente.

## **Seção II Das Carreiras**

**Art. 4º** As carreiras do Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO são:

**I** - Carreira de Perícia Oficial, composta pelo Cargo de Perito Oficial, em quatro classes – IV, III, II e I, com referências de 01 a 11; e

**II** - Carreira de Auxiliar da Perícia Oficial, composta pelo Cargo de Agente Auxiliar da Perícia Oficial, em quatro classes – IV, III, II e I, com referências de 01 a 11.

**§ 1º** A nomenclatura das funções, as exigências de ingresso e a distribuição das quantidades de vagas das funções, por classe, nas carreiras referidas nos incisos I e II deste artigo, são as constantes do Anexo I desta Lei.

**§ 2º** A descrição das atribuições e outras características atinentes às funções/cargos constarão do Perfil Profissiográfico, publicado por Resolução Conjunta da Direção da Polícia Científica, dos Secretários de Estado da Segurança Pública - SESP e da Administração e da Previdência – SEAP, ouvido previamente o órgão normativo e deliberativo da Polícia Científica.

## **Seção III Do Provimento e do Estágio Probatório**

**Art. 5º.** O provimento nas carreiras do Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO se dará na classe IV do cargo, atendidos os requisitos para a investidura:

**I** - existência de vaga no cargo, função e na classe de ingresso;

**II** - aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;

**III** - registro profissional no órgão de classe para as funções cujo exercício profissional esteja regulamentado por lei;

**IV** - Carteira Nacional de Habilitação "B";



**V** - outros requisitos vinculados ao exercício do cargo/função, previstos em legislação e contemplados no edital de abertura do concurso; e

**VI** - Exame psicológico, de caráter eliminatório.

**Parágrafo único.** A comprovação do preenchimento dos requisitos mencionados se dará por ocasião da posse.

**Art. 6º** A inspeção médica realizada/homologada por órgão de perícia oficial precederá sempre o ingresso no serviço público estadual.

**Parágrafo único.** A inspeção médica terá caráter eliminatório.

**Art. 7º** O estágio probatório será de três anos de efetivo exercício na função, observado o disposto no § 4º do art. 36 da Constituição Estadual.

#### **Seção IV** **Do Desenvolvimento na Carreira**

**Art. 8º** O desenvolvimento profissional nas carreiras se dará pelos institutos da progressão e promoção.

**§ 1º** Para fins de desenvolvimento na carreira:

**I** - será computado o tempo de estágio probatório;

**II** - não se contará o tempo correspondente a contratos por prazo determinado, continuado ou não, firmado com o Estado do Paraná;

**III** - não se contará o tempo correspondente a afastamentos não remunerados.

**§ 2º** Não serão aplicados os institutos de desenvolvimento na carreira aos servidores aposentados e geradores de pensão.

**Art. 9º** A progressão se dará nas referências, ao funcionário estável, por antiguidade.

**§ 1º** A progressão é a passagem de uma referência para outra imediatamente posterior, dentro da mesma classe, concedida ao Perito Oficial e ao Agente Auxiliar de Perícia Oficial que atingir cinco anos de efetivo serviço prestado ao Estado do Paraná, na forma do Anexo II desta Lei.

§ 2º No momento em que o Perito Oficial e o Agente Auxiliar de Perícia Oficial atingirem a referência de número seis, a progressão ocorrerá a cada dois anos de efetivo serviço prestado ao Estado do Paraná, na forma do Anexo II desta Lei.

**Art. 10.** A promoção ocorrerá entre as classes.

§ 1º Para fins de promoção não se contará o tempo correspondente a disponibilidade, mesmo com ônus para o órgão de origem.

§ 2º Deverá ser observada a existência de vaga livre na classe de destino.

**Art. 11.** A promoção ocorrerá, alternadamente, nas modalidades de antiguidade e merecimento, sendo que, na primeira promoção, o servidor optará pela modalidade mais conveniente.

**Parágrafo único.** A promoção será para a classe imediatamente superior e na referência salarial respectiva ao seu tempo de efetivo exercício, na forma do Anexo II desta Lei.

**Art. 12.** Para a promoção utilizando o fator antiguidade, o servidor poderá concorrer, desde que obedecido o interstício de oito anos completos de efetivo exercício na classe.

**Art. 13.** Para a concessão de promoção utilizando o fator merecimento, o servidor poderá concorrer, desde que obedecidos os seguintes requisitos:

I - interstício de seis anos completos de efetivo exercício na classe;

II - atendimento dos demais requisitos e critérios previstos em regulamentação específica.

§ 1º A avaliação de títulos para essa modalidade de promoção contemplará pontuação de cursos de especialização ou aperfeiçoamento, na forma de regulamentação proposta pelo órgão normativo e deliberativo da Polícia Científica, que terá cento e oitenta dias a partir da publicação desta Lei para regulamentar a primeira promoção por merecimento.

§ 2º Os títulos de que trata o parágrafo anterior não poderão ser computados de forma cumulativa para efeitos de novas promoções, ficando sem eficácia administrativa após sua utilização.

§ 3º Serão aceitos apenas certificados ou diplomas expedidos por Instituição de Ensino reconhecida legalmente e/ou aqueles contemplados em regulamento específico.



## **Seção V**

### **Da Movimentação de Pessoal**

**Art. 14.** A movimentação do pessoal das carreiras da Polícia Científica se dará pelo instituto da remoção, na forma da legislação vigente.

## **CAPÍTULO III**

### **Seção I**

#### **Dos Subsídios**

**Art. 15.** O sistema remuneratório dos Peritos Oficiais e dos Agentes Auxiliares de Perícia Oficial é estabelecido por meio de subsídio, fixado na forma da tabela constante no Anexo III desta Lei.

**Art. 16.** É assegurado aos Peritos Oficiais e aos Agentes Auxiliares de Perícia Oficial o direito à percepção do valor correspondente à diferença entre o subsídio fixado por esta Lei e o subsídio atual.

**§ 1º** A diferença de subsídio de que trata o *caput* deste artigo será paga como verba de natureza provisória, em código de vantagem específico, e será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento nas classes e revisões gerais anuais de subsídio.

**§ 2º** A parcela correspondente à diferença de subsídio não estará sujeita a reajustes ou a revisão geral anual.

## **Seção II**

### **Da Composição do Subsídio**

**Art. 17.** O subsídio não exclui o direito à percepção de:

**I** - décimo terceiro vencimento, na forma do inciso IV do art. 34 da Constituição Estadual de 1989;

**II** - terço de férias, na forma do inciso X do art. 34 da Constituição Estadual de 1989;

**III** - diária, na forma da legislação em vigor;

**IV** - verba transitória decorrente de função privativa policial de direção, chefia ou assessoramento, nos termos da Lei Estadual nº 17.172, de 24 de maio de 2012;

**V** - indenização por remoção, na forma da legislação em vigor;

**VI** - indenização por funeral, na forma da legislação em vigor;

**VII** - abono de permanência, na forma da legislação em vigor;

**VIII** - parcela transitória pelo exercício de ensino nas escolas da polícia, na forma da legislação vigente.

**§ 1º.** As verbas previstas nos incisos IV, VII e VIII estão sujeitas à incidência do teto remuneratório.

**§ 2º.** As verbas descritas neste artigo não serão incorporadas aos proventos de aposentadoria e pensão.

### **Seção III** **Da Estrutura Remuneratória do Subsídio**

**Art. 18.** O subsídio dos Peritos Oficiais e dos Agentes Auxiliares de Perícias Oficiais será estruturado em onze referências para cada classe, na forma do Anexo III.

**Art. 19.** Na data da promulgação da presente Lei será efetivado o enquadramento do Perito Oficial e do Agente Auxiliar de Perícia Oficial ativo na classe atual e referência salarial respectiva ao seu tempo de efetivo exercício, na forma do Anexo II desta Lei.

**Parágrafo único.** O enquadramento do Perito Oficial e do Agente Auxiliar de Perícia Oficial ativo será realizado pela Unidade de Recursos Humanos da Polícia Científica com acompanhamento do Grupo de Recursos Humanos Setorial da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

**Art. 20.** O subsídio dos servidores do Quadro Próprio dos Peritos Oficiais - QPPO será objeto de revisão geral anual nos mesmos moldes e índices dos demais servidores estaduais.

**Art. 21.** O subsídio obedecerá ao disposto no teto remuneratório previsto no art. 37, inciso XI da Constituição Federal.

**Art. 22.** Estão compreendidas no subsídio e por ele extintas as seguintes verbas do regime remuneratório previsto na Lei nº 14.678, de 06 de abril de 2005:

**I** - salário-base;

**II** - gratificação adicional Emenda 19 à Constituição Federal;



- III - gratificação adicional por tempo de serviço;
- IV - função gratificada;
- V - gratificação de realização de trabalho relevante;
- VI - ajuda de custos;
- VII - gratificação tempo integral sobre remuneração;
- VIII - tempo integral e dedicação exclusiva;
- IX - gratificação de direção, chefia e assessoramento;
- X - adicional de insalubridade;
- XI - adicional de periculosidade;
- XII - gratificação fixa de cargo em comissão;
- XIII - gratificação de produtividade;
- XIV - gratificação técnica;
- XV - serviço extraordinário;
- XVI - encargos especiais judicial;
- XVII - revisões e outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionadas no art. 17 desta Lei.

**Parágrafo único.** Não poderão ser concedidas, a qualquer tempo e a qualquer título, quaisquer outras vantagens com o mesmo título ou fundamento das verbas extintas na adoção do subsídio.

#### **Seção IV** **Aplicação do Subsídio aos Peritos Oficiais e Agentes Auxiliares de Perícia Oficial** **Aposentados e Geradores de Pensão**

**Art. 23.** Aplica-se aos Peritos Oficiais e aos Agentes Auxiliares de Perícia Oficial aposentados e geradores de pensão o disposto nesta Lei.

**§ 1º** Na data da promulgação da presente Lei será efetivado o enquadramento do Perito Oficial e do Agente Auxiliar de Perícia Oficial aposentados e dos geradores de pensão na classe atual e referência salarial respectiva ao seu tempo de efetivo exercício na data da inativação ou do fato gerador de pensão, na forma do Anexo II desta Lei.

**§ 2º** O enquadramento do Perito Oficial e do Agente Auxiliar de Perícia Oficial aposentado e gerador de pensão será realizado pela PARANAPREVIDÊNCIA, por intermédio de suas unidades administrativas competentes.

**§ 3º** O cálculo dos proventos da aposentadoria e da pensão deve observar o teto remuneratório previsto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

#### **CAPÍTULO IV** **Das Disposições Finais e Transitórias**

**Art. 24.** Para efeito de contagem de tempo para a aplicação dos institutos de desenvolvimento, para ambas as carreiras, será considerada a data da promulgação da Lei nº 14.678, de 2005.

**Art. 25.** Aos servidores ativos e estáveis, ocupantes dos cargos e funções do Quadro Próprio de Peritos Oficiais - QPPO, que estiverem em exercício na data da promulgação desta Lei, contarem com no mínimo quinze anos completos e ocuparem a 4ª ou 3ª classes respectivamente, excepcionalmente será concedida promoção para a classe imediatamente superior à ocupada pelo mesmo.

**Art. 26.** Quando a escolha do Diretor-Geral da Polícia Científica e dos Diretores dos Institutos Médico-Legal e de Criminalística recair sobre Peritos Oficiais que não estejam na primeira classe do Quadro Próprio de Peritos Oficiais, o escolhido será alçado, excepcionalmente, por ato do Chefe do Poder Executivo, à primeira classe, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

I - Ter pelo menos quinze anos de efetivo serviço na atividade de perícia oficial;

II - Ter conduta ilibada e não estar respondendo processos administrativos.

**Art. 27.** Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará os casos omissos a esta Lei, ouvido previamente o órgão consultivo e normatizador da Polícia Científica, as Secretarias de Estado da Segurança Pública - SESP e da Administração e da Previdência - SEAP.

**Art. 28.** Aplicam-se as disposições da Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 – Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Paraná aos funcionários regidos por esta Lei.



**Art. 29.** Ficam revogadas a Lei nº 14.678, de 2005, a Lei nº 15.793, de 03 de abril de 2008, a Lei nº 16.267, de 04 de novembro de 2009 e a Lei nº 17.171, de 24 de maio de 2012.

**Art. 30.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros condicionados à disponibilidade orçamentária-financeira, ao comportamento da receita, segundo o que será atestado pelas Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL e da Fazenda - SEFA, no estrito cumprimento da execução orçamentária e às disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

ANEXO I

**CARREIRA: PERÍCIA OFICIAL – CARGO PERITO OFICIAL**

FUNÇÃO	CÓDIGO	EXIGÊNCIAS PARA INGRESSO	CLASSE	QUANTIDADE DE VAGAS
MÉDICO LEGISTA	POML	GRADUAÇÃO EM MEDICINA E TITULAÇÃO EXIGIDA EM EDITAL ESPECÍFICO DE CONCURSO; CARTEIRA DE HABILITAÇÃO "B".	I	71
			II	65
			III	65
			IV	100
TOTAL DE VAGAS DA FUNÇÃO DE MÉDICO LEGISTA				301
ODONTO LEGISTA	POOD	GRADUAÇÃO EM ODONTOLOGIA E TITULAÇÃO EXIGIDA EM EDITAL ESPECÍFICO DE CONCURSO; CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO "B".	I	4
			II	5
			III	7
			IV	10
TOTAL DE VAGAS DA FUNÇÃO DE ODONTO LEGISTA				26
PERITO CRIMINAL	POPC	GRADUAÇÃO E TITULAÇÃO EXIGIDA EM EDITAL ESPECÍFICO DE CONCURSO; CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO "B".	I	90
			II	115
			III	155
			IV	240
TOTAL DE VAGAS DA FUNÇÃO DE PERITO CRIMINAL				600
QUÍMICO LEGAL	POQL	GRADUAÇÃO EM QUÍMICA E TITULAÇÃO EXIGIDA EM EDITAL ESPECÍFICO DE CONCURSO; CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO "B".	I	8
			II	12
			III	15
			IV	15
TOTAL DE VAGAS DA FUNÇÃO DE QUÍMICO LEGAL				50
TOXICOLOGISTA	POTL	GRADUAÇÃO EM FARMÁCIA E BIOQUÍMICA E TITULAÇÃO EXIGIDA EM EDITAL ESPECÍFICO DE CONCURSO; CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO "B".	I	8
			II	12
			III	15
			IV	15
TOTAL DE VAGAS DA FUNÇÃO DE TOXICOLOGISTA				50
TOTAL DE VAGAS DO CARGO				1027
CARREIRA: AUXILIAR DE PERÍCIA OFICIAL – CARGO AGENTE AUXILIAR DE PERICIA OFICIAL				
FUNÇÃO	CÓDIGO	EXIGÊNCIAS PARA INGRESSO	CLASSE	QUANTIDADE DE VAGAS
AUXILIAR DE NECRÓPSIA	POAN	2º GRAU COMPLETO E CURSO TÉCNICO ESTABELECIDO EM EDITAL ESPECÍFICO DE CONCURSO; CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO "B".	I	16
			II	30
			III	45
			IV	60
TOTAL DE VAGAS DA FUNÇÃO DE AUX. DE NECRÓPSIA				151
AUXILIAR DE REMOÇÃO DE CADÁVERES	POAR	2º GRAU COMPLETO E CURSO TÉCNICO ESTABELECIDO EM EDITAL ESPECÍFICO DE CONCURSO; CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO "B".	I	50
			II	66
			III	84
			IV	100
TOTAL DE VAGAS DA FUNÇÃO DE AUX. DE REMOÇÃO DE CADÁVERES				300
TOTAL DE VAGAS DO CARGO				451
TOTAL DE VAGAS DO QPPO				1478

ANEXO II  
DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA – PROGRESSÃO  
QUADRO PRÓPRIO DA PERÍCIA OFICIAL – QPPO

TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	REFERÊNCIA NA CLASSE
INGRESSO A 5 ANOS INCOMPLETOS	-
5 ANOS COMPLETOS A 10 ANOS INCOMPLETOS	2
10 ANOS COMPLETOS A 15 ANOS INCOMPLETOS	3
15 ANOS COMPLETOS A 20 ANOS INCOMPLETOS	4
20 ANOS COMPLETOS A 25 ANOS INCOMPLETOS	5
25 ANOS COMPLETOS A 27 ANOS INCOMPLETOS	6
27 ANOS COMPLETOS A 29 ANOS INCOMPLETOS	7
29 ANOS COMPLETOS A 31 ANOS INCOMPLETOS	8
31 ANOS COMPLETOS A 33 ANOS INCOMPLETOS	9
33 ANOS COMPLETOS A 35 ANOS INCOMPLETOS	10
35 ANOS COMPLETOS	11

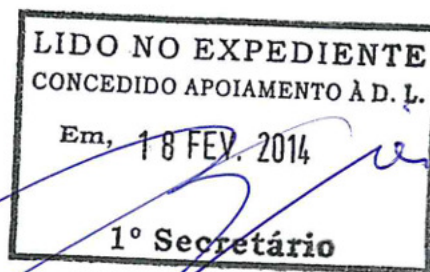


ANEXO III  
TABELA DE SUBSÍDIO  
CARREIRA DO QUADRO PRÓPRIO DA PERÍCIA OFICIAL – QPPO

CARGO: PERITO OFICIAL											
CLASSE	REFERÊNCIAS										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
I	11.426,38	11.997,70	12.597,58	13.227,46	13.888,84	14.583,28	15.312,44	16.078,06	16.881,97	17.726,07	18.612,37
II	9.947,01	10.444,36	10.966,58	11.514,91	12.090,65	12.695,19	13.329,94	13.996,44	14.696,26	15.431,08	16.202,63
III	8.527,70	8.954,09	9.401,79	9.871,88	10.365,47	10.883,75	11.427,93	11.999,33	12.599,30	13.229,26	13.890,72
IV	7.614,01	7.994,71	8.394,45	8.814,17	9.254,88	9.717,62	10.203,50	10.713,68	11.249,36	11.811,83	12.402,42

CARGO: AGENTE AUXILIAR DE PERÍCIA OFICIAL											
CLASSE	REFERÊNCIAS										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
I	3.901,50	4.096,58	4.301,40	4.516,47	4.742,30	4.979,41	5.228,38	5.489,80	5.764,29	6.052,51	6.355,13
II	3.396,47	3.566,29	3.744,61	3.931,84	4.128,43	4.334,85	4.551,59	4.779,17	5.018,13	5.269,04	5.532,49
III	2.825,45	2.966,72	3.115,06	3.270,81	3.434,35	3.606,07	3.786,37	3.975,69	4.174,48	4.383,20	4.602,36
IV	2.599,78	2.729,77	2.866,26	3.009,57	3.160,05	3.318,05	3.483,95	3.658,15	3.841,06	4.033,11	4.234,77





**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

MENSAGEM  
Nº 001/2014

Curitiba, 15 de janeiro de 2014.

I – À DAP para leitura no expediente.  
II – À DL para providências.

Em, 18/02/2014

Senhor Presidente,

Presidente



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO, conforme especifica e adota outras providências.

Através da Emenda à Constituição do Estado do Paraná nº 10, de 16 de Outubro de 2001, foi criada a Polícia Científica, que congrega os Institutos de Criminalística e Médico-Legal, antes pertencentes à estrutura da Polícia Civil.

Em 06 de abril de 2005, por meio da Lei Estadual nº 14.678, foi criado o Quadro Próprio dos Peritos Oficiais – QPPO, que absorveu os cargos próprios da Polícia Civil destinados aos Institutos de Criminalística e Médico-legal.

A referida Lei apontava a regulamentação imediata das promoções por merecimento, com o estabelecimento de critérios para tal finalidade, sendo que todas essas medidas e avaliações deveriam ser realizadas pelo Conselho da Polícia Científica.

Ocorre que tal regulamentação começou a ser discutida na primeira reunião do Conselho da Polícia Científica, que fora criado somente no segundo semestre do presente ano, ou seja, tanto a Direção Geral da Polícia Científica, quanto o Conselho, foram efetivamente estabelecidos somente após mais de doze anos da criação do Órgão pela Emenda Constitucional.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 11.438.422-4



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Evidentemente que, devido aos fatos narrados no parágrafo anterior, houve prejuízos de grande monta à carreira dos peritos e auxiliares, que puderam somente ser promovidos, os que completaram mais de quinze anos de efetivo serviço numa mesma classe, para a classe imediatamente superior.

Além do prejuízo às carreiras dos integrantes do QPPO, houve uma completa defasagem no quadro funcional, pois além de o número previsto ser insuficiente para fechamento das escalas de serviço nas seções existentes e criadas após essas alterações, houve um aumento significativo da demanda dos serviços periciais e relativos à nova estrutura de administração.

Diante do exposto, submeto o anexo Anteprojeto de Lei à aprovação dessa Casa Legislativa, propondo adequação da atual norma, com o objetivo de minimizar os prejuízos que os servidores do QPPO absorveram por permanecerem por mais de treze anos sem possibilidade de desenvolvimento na carreira e, ainda, para possibilitar a gestão técnica e administrativa da Polícia Científica, no que tange aos recursos humanos e prestação de serviços à comunidade, autoridades policiais, judiciárias e atendimento pleno dos contratos de gestão do Governo do Estado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado





**PODER LEGISLATIVO**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 33/2014 COM EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL**

**Projeto de Lei nº 33/2014 – Mensagem nº 001/2014**

**Autores: Poder Executivo**

**SÚMULA: DISPÕE SOBRE O QUADRO PRÓPRIO DOS PERITOS OFICIAIS DO ESTADO DO PARANÁ - QPPO, CONFORME ESPECIFICA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**EMENTA: ALTERAÇÃO NA CARREIRA DOS PERITOS OFICIAIS DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ART. 65 E 66 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 124 DO REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. LEI FEDERAL 101/2000. PROJETO CONSTITUCIONAL E LEGAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.**

**PREÂMBULO**

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem nº 001/2014, que dispõe sobre o quadro próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná – QPPO –.

A justificativa da mensagem informa que em 2001, através da Emenda Constitucional nº 10/2001, foi criada a Polícia Científica no Estado, sendo que o quadro próprio dos Peritos Oficiais foi instituído posteriormente pela Lei Estadual nº 14.678/2005, que previa a imediata regulamentação de promoções e demais institutos relacionados à carreira. No entanto, desde então, não houve a elaboração de qualquer diploma legal que regulamentasse a carreira do quadro próprio dos Peritos Oficiais.

Assim, o longo período desde a criação da Polícia Científica e da instituição de seu quadro próprio de Peritos Oficiais sem que houvesse a estreita regulamentação da carreira, acarretou em inúmeros prejuízos e discrepâncias às



## PODER LEGISLATIVO

### ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

carreiras dos peritos e de seus auxiliares que precisavam completar mais de 15 (quinze) anos de serviço ininterrupto em sua classe de referência para obter a devida promoção.

Ademais, esta situação impôs uma completa defasagem no quadro funcional *"pois além do número previsto ser insuficiente para o fechamento das escalas de serviço nas seções existentes e criadas após essas alterações, houve um aumento significativo da demanda dos serviços periciais e relativos à nova estrutura de administração"*.

Portanto, a presente proposição pretende: (a) adequar as carreiras do quadro próprio dos Peritos Oficiais; (b) minimizar os prejuízos dos servidores que não tinham possibilidades reais de promoção e desenvolvimento na carreira; (c) possibilitar uma reforma na gestão técnica e administrativa na Polícia Científica; e (d) fomentar a renovação do quadro de servidores.

#### FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada.

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Assembleia.

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá** a qualquer membro da Assembleia, **ao Governador**, dos Tribunais e ao Ministério Público, que





## PODER LEGISLATIVO

### ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se.

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe** a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, **ao Governador do Estado**, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Uma vez que a presente proposição se refere ao quadro de servidores públicos, provimento de cargos, estabilidade e promoções na carreira, tem-se como legítima a iniciativa do Chefe do Poder Executivo que, segundo o art. 61, § 1º, II, c, possui competência para apresentar projetos desta natureza.

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

**§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:**

**II - disponham sobre:**

**a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;**

No mesmo sentido, os arts. 66 e 87 da Constituição do Estado do Paraná preveem a iniciativa privativa do Governador do Estado em relação às leis que tratem de cargos e funções públicas, seu regime jurídico, provimento de cargos e remuneração.



## PODER LEGISLATIVO

### ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Na sequência, a análise da legalidade da proposição a partir dos ditames da Lei Complementar nº 101/2000 impõe a verificação da ocorrência ou não de aumento de despesa no orçamento estatal.

Da análise da mensagem, tem-se que a proposta não implica em automático aumento de despesa, uma vez que apenas reestrutura a formação do plano de cargos dos Peritos Oficiais, sendo que eventuais assunções de nível de carreira só se darão após análise caso a caso pelo órgão responsável, não importando, assim, em imediata criação de despesa.

Ademais, nota-se que a aplicação da norma ao caso concreto dependerá de prévia análise da Secretaria do Estado da Fazenda e do próprio chefe do Poder Executivo que, através de Decreto, analisará a possibilidade de alteração do cargo ocupado pelo servidor na estrutura administrativa do órgão, correlacionando esta medida com a possibilidade e viabilidade de incremento ao orçamento.

Por fim, observa-se do artigo 30 do projeto em tela, que a lei passará a vigorar na data de sua publicação com efeitos financeiros condicionados à





**PODER LEGISLATIVO**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**

disponibilidade orçamentária financeira, ao comportamento da receita, segundo o que será atestado pelas Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL e da Fazenda – SEFA, no estrito cumprimento da execução orçamentária e às disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, em virtude de sua CONSTITUCIONALIDADE por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma da Emenda Substitutiva Geral que segue em anexo.

Sala das Comissões, 25 de fevereiro de 2014.

NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

BERNARDO RIBAS CARLI  
RELATOR

Dep. Daices

Dep. Durini

Dep. Loupion

Dep. Curci

Dep. Scavone

**APROVADO**

25.02.14



# **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



## **SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI 33/2014**

Dispõe sobre o Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO, conforme específica e adota outras providências.

### **CAPÍTULO I**

#### **Seção I**

#### **Das Disposições Preliminares**

**Art. 1º** O Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO é composto por servidores da Polícia Científica, que exercem atividade policial, com risco de vida, incumbidos das perícias de criminalística, médico-legais e de outras atividades técnicas congêneres, bem como, atividades relacionadas a ensino e pesquisa, organizado em duas carreiras, estruturadas com dois cargos de quatro classes e onze referências, denominadas:

I - Carreira de Perícia Oficial, com o cargo único de Perito Oficial, de provimento efetivo, compreendendo as funções de Médico Legista, Odontologista, Perito Criminal, Químico Legal e Toxicologista;

II - Carreira de Auxiliar de Perícia Oficial, com o cargo único de Agente Auxiliar de Perícia Oficial, de provimento efetivo, compreendendo as funções de Auxiliar de Necrópsia e Auxiliar de Perícia.

#### **Seção II**

#### **Das Conceituações**

**Art. 2º** Para os fins desta Lei, considera-se:

I - Carreira: agrupamento de um ou mais cargos e suas funções em classes escalonadas que refletem o crescimento profissional do cargo, com amplitude salarial para, no mínimo, trinta e cinco anos de serviço;

II - Cargo: unidade funcional básica da estrutura organizacional, do mesmo grau de escolaridade/responsabilidade, composto por uma ou mais funções relacionadas ao desempenho das atividades;

III - Função: conjunto de atribuições e tarefas da mesma natureza ocupacional e requisitos, vinculada ao cargo;





# **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



**IV - Classe:** escalonamento hierárquico do desenvolvimento profissional de um cargo e suas funções, com a mesma complexidade ocupacional e requisito de escolaridade;

**V - Referência:** a sequência de registros de valores nas classes na tabela de subsídios, para fins de desenvolvimento na carreira, com amplitude salarial utilizada para refletir o horizonte laboral dos integrantes da carreira;

**VI - Promoção:** passagem do funcionário público estável e em efetivo exercício, para a classe imediatamente superior, dentro do mesmo cargo e função;

**VII - Progressão:** é a alteração de uma referência salarial para outra de maior valor, na classe ocupada, concedida ao funcionário público estável e em efetivo exercício, limitada à referência final da classe;

**VIII - Tabela de Referência de Subsídio:** tabela numérica, composta de indicativo de classe (linha) e referência salarial (coluna), cuja interseção reflete o valor do subsídio;

**IX - Subsídio:** vencimento ou vencimento básico das carreiras dos servidores regidos por esta Lei, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória de carreira, salvo vantagens acessórias permanentes ou de indenização;

**X - Vencimento ou Vencimento Básico:** retribuição pecuniária pelo efetivo exercício do cargo e função, expressa em valores absolutos e em moeda corrente.

## **CAPÍTULO II**

### **Seção I**

#### **Do Regime de Trabalho, da Carga Horária e da Jornada**

**Art. 3º** A carga horária semanal de trabalho dos cargos constantes da presente Lei é de quarenta horas ou jornada de oito horas diárias.

**§ 1º** A função de médico legista será de vinte horas semanais.

**§ 2º** Cargos e funções que exijam, por força de condições de trabalho, desempenho diferente da jornada normal ou que prestem serviços aos sábados, domingos e feriados, adotarão regulamentação própria ou as regras já estabelecidas pelo Governo do Estado, na forma da legislação vigente.

### **Seção II**

#### **Das Carreiras**



# **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



**Art. 4º** As carreiras do Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO são:

I - Carreira de Perícia Oficial, composta pelo Cargo de Perito Oficial, em quatro classes – IV, III, II e I, com referências de 01 a 11; e

II - Carreira de Auxiliar da Perícia Oficial, composta pelo Cargo de Agente Auxiliar da Perícia Oficial, em quatro classes – IV, III, II e I, com referências de 01 a 11.

§ 1º A nomenclatura das funções, as exigências de ingresso e a distribuição das quantidades de vagas das funções, por classe, nas carreiras referidas nos incisos I e II deste artigo, são as constantes do Anexo I desta Lei.

§ 2º A descrição das atribuições e outras características atinentes às funções/cargos constarão do Perfil Profissiográfico, publicado por Resolução Conjunta da Direção da Polícia Científica, dos Secretários de Estado da Segurança Pública - SESP e da Administração e da Previdência – SEAP, ouvido previamente o órgão normativo e deliberativo da Polícia Científica.

## **Seção III Do Provimento e do Estágio Probatório**

**Art. 5º.** O provimento nas carreiras do Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO se dará na classe IV do cargo, atendidos os requisitos para a investidura:

I - existência de vaga no cargo, função e na classe de ingresso;

II - aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;

III - Carteira Nacional de Habilitação "B";

IV - outros requisitos vinculados ao exercício do cargo/função, previstos em legislação e contemplados no edital de abertura do concurso; e

V - Exame psicológico, de caráter eliminatório.

**Parágrafo único.** A comprovação do preenchimento dos requisitos mencionados se dará por ocasião da posse.

**Art. 6º** A inspeção médica realizada/homologada por órgão de perícia oficial precederá sempre o ingresso no serviço público estadual.

**Parágrafo único.** A inspeção médica terá caráter eliminatório.





# **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



**Art. 7º** O estágio probatório será de três anos de efetivo exercício na função, observado o disposto no § 4º do art. 36 da Constituição Estadual.

## **Seção IV Do Desenvolvimento na Carreira**

**Art. 8º** O desenvolvimento profissional nas carreiras se dará pelos institutos da progressão e promoção.

**§ 1º** Para fins de desenvolvimento na carreira:

- I - será computado o tempo de estágio probatório;
- II - não se contará o tempo correspondente a contratos por prazo determinado, continuado ou não, firmado com o Estado do Paraná;
- III - não se contará o tempo correspondente a afastamentos não remunerados.

**§ 2º** Não serão aplicados os institutos de desenvolvimento na carreira aos servidores aposentados e geradores de pensão.

**Art. 9º** A progressão se dará nas referências, ao funcionário estável, por antiguidade.

**§ 1º** A progressão é a passagem de uma referência para outra imediatamente posterior, dentro da mesma classe, concedida ao Perito Oficial e ao Agente Auxiliar de Perícia Oficial que atingir cinco anos de efetivo serviço prestado ao Estado do Paraná, na forma do Anexo II desta Lei.

**§ 2º** No momento em que o Perito Oficial e o Agente Auxiliar de Perícia Oficial atingirem a referência de número seis, a progressão ocorrerá a cada dois anos de efetivo serviço prestado ao Estado do Paraná, na forma do Anexo II desta Lei.

**Art. 10.** A promoção ocorrerá entre as classes.

**§ 1º** Para fins de promoção não se contará o tempo correspondente a disponibilidade, mesmo com ônus para o órgão de origem.

**§ 2º** Deverá ser observada a existência de vaga livre na classe de destino.

**Art. 11.** A promoção ocorrerá, alternadamente, nas modalidades de antiguidade e merecimento, sendo que, na primeira promoção, o servidor optará pela modalidade mais conveniente.



# **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Liderança do Governo



**Parágrafo único.** A promoção será para a classe imediatamente superior e na referência salarial respectiva ao seu tempo de efetivo exercício, na forma do Anexo II desta Lei.

**Art. 12.** Para a promoção utilizando o fator antiguidade, o servidor poderá concorrer, desde que obedecido o interstício de oito anos completos de efetivo exercício na classe.

**Art. 13.** Para a concessão de promoção utilizando o fator merecimento, o servidor poderá concorrer, desde que obedecidos os seguintes requisitos:

I - interstício de seis anos completos de efetivo exercício na classe;

II - atendimento dos demais requisitos e critérios previstos em regulamentação específica.

§ 1º A avaliação de títulos para essa modalidade de promoção contemplará pontuação de cursos de especialização ou aperfeiçoamento, na forma de regulamentação proposta pelo órgão normativo e deliberativo da Polícia Científica, que terá cento e oitenta dias a partir da publicação desta Lei para regulamentar a primeira promoção por merecimento.

§ 2º Os títulos de que trata o parágrafo anterior não poderão ser computados de forma cumulativa para efeitos de novas promoções, ficando sem eficácia administrativa após sua utilização.

§ 3º Serão aceitos apenas certificados ou diplomas expedidos por Instituição de Ensino reconhecida legalmente e/ou aqueles contemplados em regulamento específico.

## **Seção V Da Movimentação de Pessoal**

**Art. 14.** A movimentação do pessoal das carreiras da Polícia Científica se dará pelo instituto da remoção, na forma da legislação vigente.

## **CAPÍTULO III Seção I Dos Subsídios**

**Art. 15.** O sistema remuneratório dos Peritos Oficiais e dos Agentes Auxiliares de Perícia Oficial é estabelecido por meio de subsídio, fixado na forma da tabela constante no Anexo III desta Lei.





# **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



**Art. 16.** É assegurado aos Peritos Oficiais e aos Agentes Auxiliares de Perícia Oficial o direito à percepção do valor correspondente à diferença entre o subsídio fixado por esta Lei e o subsídio atual.

**§ 1º** A diferença de subsídio de que trata o *caput* deste artigo será paga como verba de natureza provisória, em código de vantagem específico, e será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento nas classes e revisões gerais anuais de subsídio.

**§ 2º** A parcela correspondente à diferença de subsídio não estará sujeita a reajustes ou a revisão geral anual.

## **Seção II Da Composição do Subsídio**

**Art. 17.** O subsídio não exclui o direito à percepção de:

I - décimo terceiro vencimento, na forma do inciso IV do art. 34 da Constituição Estadual de 1989;

II - terço de férias, na forma do inciso X do art. 34 da Constituição Estadual de 1989;

III - diária, na forma da legislação em vigor;

IV - verba transitória decorrente de função privativa policial de direção, chefia ou assessoramento, nos termos da Lei Estadual nº 17.172, de 24 de maio de 2012;

V - indenização por remoção, na forma da legislação em vigor;

VI - indenização por funeral, na forma da legislação em vigor;

VII - abono de permanência, na forma da legislação em vigor;

VIII - parcela transitória pelo exercício de ensino nas instituições públicas, na forma da legislação vigente.

**§ 1º.** As verbas previstas nos incisos IV, VII e VIII estão sujeitas à incidência do teto remuneratório.

**§ 2º.** As verbas descritas neste artigo não serão incorporadas aos proventos de aposentadoria e pensão.

## **Seção III Da Estrutura Remuneratória do Subsídio**



# **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Liderança do Governo



**Art. 18.** O subsídio dos Peritos Oficiais e dos Agentes Auxiliares de Perícias Oficiais será estruturado em onze referências para cada classe, na forma do Anexo III.

**Art. 19.** Na data da promulgação da presente Lei será efetivado o enquadramento do Perito Oficial e do Agente Auxiliar de Perícia Oficial ativo na classe atual e referência salarial respectiva ao seu tempo de efetivo exercício, na forma do Anexo II desta Lei.

**Parágrafo único.** O enquadramento do Perito Oficial e do Agente Auxiliar de Perícia Oficial ativo será realizado pela Unidade de Recursos Humanos da Polícia Científica com acompanhamento do Grupo de Recursos Humanos Setorial da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

**Art. 20.** O subsídio dos servidores do Quadro Próprio dos Peritos Oficiais - QPPO será objeto de revisão geral anual nos mesmos moldes e índices dos demais servidores estaduais.

**Art. 21.** O subsídio obedecerá ao disposto no teto remuneratório previsto no art. 37, inciso XI da Constituição Federal.

**Art. 22.** Estão compreendidas no subsídio e por ele extintas as seguintes verbas do regime remuneratório previsto na Lei nº 14.678, de 06 de abril de 2005:

- I - salário-base;
- II - gratificação adicional Emenda 19 à Constituição Federal;
- III - gratificação adicional por tempo de serviço;
- IV - função gratificada;
- V - gratificação de realização de trabalho relevante;
- VI - ajuda de custos;
- VII - gratificação tempo integral sobre remuneração;
- VIII - tempo integral e dedicação exclusiva;
- IX - gratificação de direção, chefia e assessoramento;
- X - adicional de insalubridade;
- XI - adicional de periculosidade;





# **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



XII - gratificação fixa de cargo em comissão;

XIII - gratificação de produtividade;

XIV - gratificação técnica;

XV - serviço extraordinário;

XVI - encargos especiais judicial;

XVII - revisões e outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionadas no art. 17 desta Lei.

**Parágrafo único.** Não poderão ser concedidas, a qualquer tempo e a qualquer título, quaisquer outras vantagens com o mesmo título ou fundamento das verbas extintas na adoção do subsídio.

## **Seção IV**

### **Aplicação do Subsídio aos Peritos Oficiais e Agentes Auxiliares de Perícia Oficial**

#### **Aposentados e Geradores de Pensão**

**Art. 23.** Aplica-se aos Peritos Oficiais e aos Agentes Auxiliares de Perícia Oficial aposentados e geradores de pensão o disposto nesta Lei.

§ 1º Na data da promulgação da presente Lei será efetivado o enquadramento do Perito Oficial e do Agente Auxiliar de Perícia Oficial aposentados e dos geradores de pensão na classe atual e referência salarial respectiva ao seu tempo de efetivo exercício na data da inativação ou do fato gerador de pensão, na forma do Anexo II desta Lei.

§ 2º O enquadramento do Perito Oficial e do Agente Auxiliar de Perícia Oficial aposentado e gerador de pensão será realizado pela PARANAPREVIDÊNCIA, por intermédio de suas unidades administrativas competentes.

§ 3º O cálculo dos proventos da aposentadoria e da pensão deve observar o teto remuneratório previsto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

## **CAPÍTULO IV**

### **Das Disposições Finais e Transitórias**

**Art. 24.** Para efeito de contagem de tempo para a aplicação do instituto de promoção, para ambas as carreiras, será considerada a data da promulgação da Lei nº 14.678, de 2005.



# **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



**Art. 25.** Aos servidores ativos e estáveis, ocupantes dos cargos e funções do Quadro Próprio de Peritos Oficiais - QPPO, que estiverem em exercício na data da promulgação desta Lei, contarem com no mínimo quinze anos completos de efetivo serviço na atividade de perícia oficial e ocuparem a 4ª ou 3ª classes respectivamente, excepcionalmente será concedida promoção para a classe imediatamente superior à ocupada pelo mesmo.

**Parágrafo único.** O tempo de exercício previsto no caput deste artigo será de oito anos para o cargo de Agente Auxiliar da Perícia Oficial.

**Art. 26.** Quando a escolha do Diretor-Geral da Polícia Científica e dos Diretores dos Institutos Médico-Legal e de Criminalística recair sobre Peritos Oficiais que não estejam na primeira classe do Quadro Próprio de Peritos Oficiais, o escolhido será alçado, excepcionalmente, por ato do Chefe do Poder Executivo, à primeira classe, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

- I - Ter pelo menos quinze anos de efetivo serviço na atividade de perícia oficial;
- II - Ter conduta ilibada e não estar respondendo processos administrativos.

**Art. 27.** Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará os casos omissos a esta Lei, ouvido previamente o órgão consultivo e normatizador da Polícia Científica, as Secretarias de Estado da Segurança Pública - SESP e da Administração e da Previdência - SEAP.

**Art. 28.** Aplicam-se as disposições da Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 – Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Paraná aos funcionários regidos por esta Lei.

**Art. 29.** Ficam revogadas a Lei nº 14.678, de 2005, a Lei nº 15.793, de 03 de abril de 2008, a Lei nº 16.267, de 04 de novembro de 2009 e a Lei nº 17.171, de 24 de maio de 2012.

**Art. 30.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros condicionados à disponibilidade orçamentária-financeira, ao comportamento da receita, segundo o que será atestado pelas Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL e da Fazenda - SEFA, no estrito cumprimento da execução orçamentária e às disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.



**CARREIRA: PERÍCIA OFICIAL – CARGO PERITO OFICIAL**

FUNÇÃO	CÓDIGO	EXIGÊNCIAS PARA INGRESSO	CLASSE	QUANTIDADE DE VAGAS
MÉDICO LEGISTA	POML	GRADUAÇÃO EM MEDICINA E TITULAÇÃO EXIGIDA EM EDITAL ESPECÍFICO DE CONCURSO; CARTEIRA DE HABILITAÇÃO "B".	I	71
			II	65
			III	65
			IV	100
TOTAL DE VAGAS DA FUNÇÃO DE MÉDICO LEGISTA				301
ODONTO LEGISTA	POOD	GRADUAÇÃO EM ODONTOLOGIA E TITULAÇÃO EXIGIDA EM EDITAL ESPECÍFICO DE CONCURSO; CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO "B".	I	4
			II	5
			III	7
			IV	10
TOTAL DE VAGAS DA FUNÇÃO DE ODONTO LEGISTA				26
PERITO CRIMINAL	POPC	GRADUAÇÃO E TITULAÇÃO EXIGIDA EM EDITAL ESPECÍFICO DE CONCURSO; CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO "B".	I	90
			II	115
			III	155
			IV	240
TOTAL DE VAGAS DA FUNÇÃO DE PERITO CRIMINAL				600
QUÍMICO LEGAL	POQL	GRADUAÇÃO E TITULAÇÃO EXIGIDA EM EDITAL ESPECÍFICO DE CONCURSO; CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO "B".	I	8
			II	12
			III	15
			IV	15
TOTAL DE VAGAS DA FUNÇÃO DE QUÍMICO LEGAL				50
TOXICOLOGISTA	POTL	GRADUAÇÃO E TITULAÇÃO EXIGIDA EM EDITAL ESPECÍFICO DE CONCURSO; CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO "B".	I	8
			II	12
			III	15
			IV	15
TOTAL DE VAGAS DA FUNÇÃO DE TOXOCOLOGISTA				50
TOTAL DE VAGAS DO CARGO				1027

**CARREIRA: AUXILIAR DE PERÍCIA OFICIAL – CARGO AGENTE AUXILIAR DE PERICIA OFICIAL**

FUNÇÃO	CÓDIGO	EXIGÊNCIAS PARA INGRESSO	CLASSE	QUANTIDADE DE VAGAS
AUXILIAR DE NECRÓPSIA	POAN	2º GRAU COMPLETO E CURSO TÉCNICO ESTABELECIDO EM EDITAL ESPECÍFICO DE CONCURSO; CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO "B".	I	16
			II	30
			III	45
			IV	60
TOTAL DE VAGAS DA FUNÇÃO DE AUX. DE NECRÓPSIA				151
AUXILIAR DE PERÍCIA	POAP	2º GRAU COMPLETO E CURSO TÉCNICO ESTABELECIDO EM EDITAL ESPECÍFICO DE CONCURSO; CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO "B".	I	50
			II	66
			III	84
			IV	100
TOTAL DE VAGAS DA FUNÇÃO DE AUX. DE PERÍCIA				300
TOTAL DE VAGAS DO CARGO				451
TOTAL DE VAGAS DO QPPO				1478

ANEXO II DA LEI N.º  
DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA – PROGRESSÃO  
QUADRO PRÓPRIO DA PERÍCIA OFICIAL – QPPO

TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	REFERÊNCIA NA CLASSE
INGRESSO A 5 ANOS INCOMPLETOS	-
5 ANOS COMPLETOS A 10 ANOS INCOMPLETOS	2
10 ANOS COMPLETOS A 15 ANOS INCOMPLETOS	3
15 ANOS COMPLETOS A 20 ANOS INCOMPLETOS	4
20 ANOS COMPLETOS A 25 ANOS INCOMPLETOS	5
25 ANOS COMPLETOS A 27 ANOS INCOMPLETOS	6
27 ANOS COMPLETOS A 29 ANOS INCOMPLETOS	7
29 ANOS COMPLETOS A 31 ANOS INCOMPLETOS	8
31 ANOS COMPLETOS A 33 ANOS INCOMPLETOS	9
33 ANOS COMPLETOS A 35 ANOS INCOMPLETOS	10
35 ANOS COMPLETOS	11



ANEXO\_III

ANEXO III – LEI  
TABELA DE SUBSÍDIO  
CARREIRA DO QUADRO PRÓPRIO DA PERÍCIA OFICIAL – QPPO

CARGO: PERITO OFICIAL											
CLASSE	REFERÊNCIAS										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
I	11.426,38	11.997,70	12.597,58	13.227,46	13.888,84	14.583,28	15.312,44	16.078,06	16.881,97	17.726,07	18.612,37
II	9.947,01	10.444,36	10.966,58	11.514,91	12.090,65	12.695,19	13.329,94	13.996,44	14.696,26	15.431,08	16.202,63
III	8.527,70	8.954,09	9.401,79	9.871,88	10.365,47	10.883,75	11.427,93	11.999,33	12.599,30	13.229,26	13.890,72
IV	7.614,01	7.994,71	8.394,45	8.814,17	9.254,88	9.717,62	10.203,50	10.713,68	11.249,36	11.811,83	12.402,42

CARGO: AGENTE AUXILIAR DE PERÍCIA OFICIAL											
CLASSE	REFERÊNCIAS										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
I	3.901,50	4.096,58	4.301,40	4.516,47	4.742,30	4.979,41	5.228,38	5.489,80	5.764,29	6.052,51	6.355,13
II	3.396,47	3.566,29	3.744,61	3.931,84	4.128,43	4.334,85	4.551,59	4.779,17	5.018,13	5.269,04	5.532,49
III	2.825,45	2.966,72	3.115,06	3.270,81	3.434,35	3.606,07	3.786,37	3.975,69	4.174,48	4.383,20	4.602,36
IV	2.599,78	2.729,77	2.866,26	3.009,57	3.160,05	3.318,05	3.483,95	3.658,15	3.841,06	4.033,11	4.234,77



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



## Justificativa

O substitutivo geral atende às sugestões de alteração requeridas pelo Sindicato dos Peritos Oficiais e Auxiliares do Paraná – SINPOAPAR e pela Diretoria da Polícia Científica do Paraná.

DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

DEPUTADO BERNARDO CARLI  
RELATOR

Dep. Tulin

Dep. Tulin

Dep. Scavone

Dep. Kerpion

Dep. Tulin

Dep. Pastor

Dep. Nereu

**APROVADO**

25.02.14 *By*





SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIENTÍFICA  
DIRETORIA GERAL



**DESPACHO N° 61/2014**

Ref. Protocolo nº 11.438.422-4

1. Atendendo a solicitação da SEEG/CTL, juntamos em anexo planilhas demonstrativas do impacto financeiro referente ao exercício de 2014.

Curitiba, 24 de janeiro de 2014.

  
Leon Gruppenmacher

**Diretor-Geral da Polícia Científica**

RESUMO DO IMPACTO FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO DE 2014		
<b>Custo Atual Mensal (R\$)</b>	<b>R\$</b>	<b>3.504.689,47</b>
<b>Custo Previsto Mensal (R\$)</b>	<b>R\$</b>	<b>3.545.863,37</b>
<b>Variação em R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>41.173,90</b>
<b>Variação %</b>		<b>1,17</b>
<b>Custo Atual Anual (R\$)</b>	<b>R\$</b>	<b>42.056.273,67</b>
<b>Custo Previsto Anual(R\$)</b>	<b>R\$</b>	<b>42.550.360,46</b>
<b>Variação em R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>494.086,78</b>
<b>Variação %</b>		<b>1,17</b>
<b>Impacto Mensal na Folha do Funcionalismo (%)</b>		<b>0,006</b>
<b>Impacto Anual na Folha do Funcionalismo (%)</b>		<b>0,006</b>



Custo Atual dos Peritos Oficiais / 2014

Classe	Subníveis	Quinquênios	Nº Servidores	Subsídio	Total Subsídio	1/12 de Férias	1/12 de 13º	Cont. Previd.	Custo Mensal	Custo Anual
I	RIII	8	1	R\$ 15.116,09	R\$ 15.116,09	R\$ 419,85	R\$ 1.259,67	R\$ 1.965,09	R\$ 18.760,71	R\$ 225.128,46
	RIII		2	R\$ 15.598,46	R\$ 31.176,92	R\$ 432,97	R\$ 2.598,08	R\$ 4.053,00	R\$ 38.260,97	R\$ 459.131,59
	RII	9	1	R\$ 16.289,95	R\$ 16.289,95	R\$ 452,45	R\$ 1.357,50	R\$ 2.117,69	R\$ 20.217,59	R\$ 242.611,11
	RI	10	2	R\$ 17.022,99	R\$ 34.045,98	R\$ 472,81	R\$ 2.837,17	R\$ 4.425,98	R\$ 41.781,94	R\$ 501.383,23
	RI	11	6	R\$ 17.538,84	R\$ 35.077,68	R\$ 487,14	R\$ 2.923,14	R\$ 4.560,10	R\$ 43.048,06	R\$ 516.576,72
	RIII	4	8	R\$ 18.054,69	R\$ 108.328,14	R\$ 501,47	R\$ 9.027,35	R\$ 14.082,66	R\$ 131.939,61	R\$ 1.583.275,35
	RIII	5	6	R\$ 11.426,38	R\$ 91.411,04	R\$ 317,37	R\$ 7.617,59	R\$ 11.883,44	R\$ 111.229,43	R\$ 1.334.753,15
	RIII	6	2	R\$ 12.242,55	R\$ 71.006,82	R\$ 328,70	R\$ 5.917,24	R\$ 9.230,89	R\$ 86.483,64	R\$ 1.037.803,73
	RIII	7	1	R\$ 12.650,64	R\$ 24.485,10	R\$ 340,04	R\$ 2.040,43	R\$ 3.183,06	R\$ 30.048,62	R\$ 360.583,50
	RIII	8	6	R\$ 13.058,72	R\$ 12.650,64	R\$ 351,37	R\$ 1.054,22	R\$ 1.644,58	R\$ 15.700,81	R\$ 188.409,78
	RIII	9	5	R\$ 13.466,81	R\$ 78.352,32	R\$ 362,71	R\$ 6.529,36	R\$ 10.185,80	R\$ 95.430,19	R\$ 1.145.162,25
II	RI	10	2	R\$ 14.706,10	R\$ 67.334,05	R\$ 374,04	R\$ 5.611,17	R\$ 8.753,43	R\$ 82.072,69	R\$ 984.872,26
	RI	11	7	R\$ 15.151,74	R\$ 106.062,18	R\$ 408,46	R\$ 2.451,02	R\$ 3.823,59	R\$ 36.095,26	R\$ 433.143,18
	RIII		8	R\$ 15.597,38	R\$ 124.779,04	R\$ 420,84	R\$ 8.838,52	R\$ 13.788,08	R\$ 129.109,62	R\$ 1.549.315,42
	RIII	4	53	R\$ 9.871,21	R\$ 523.174,13	R\$ 433,22	R\$ 10.398,25	R\$ 16.221,28	R\$ 151.831,79	R\$ 1.821.981,43
	RI		1	R\$ 10.315,42	R\$ 30.946,26	R\$ 274,17	R\$ 43.597,84	R\$ 68.012,64	R\$ 635.058,78	R\$ 7.620.705,41
	RIII	5	5	R\$ 10.779,61	R\$ 10.779,61	R\$ 286,51	R\$ 2.578,86	R\$ 4.023,01	R\$ 37.834,64	R\$ 454.015,68
	RIII	6	3	R\$ 10.223,75	R\$ 51.118,75	R\$ 299,40	R\$ 898,30	R\$ 1.401,35	R\$ 13.378,66	R\$ 160.543,97
	RIII	7	3	R\$ 10.576,30	R\$ 31.728,90	R\$ 283,96	R\$ 4.259,90	R\$ 6.645,44	R\$ 62.308,05	R\$ 747.696,58
	RIII	8	2	R\$ 10.928,85	R\$ 32.786,55	R\$ 293,76	R\$ 2.644,08	R\$ 4.124,74	R\$ 38.791,49	R\$ 465.497,86
	RIII	9	3	R\$ 11.281,38	R\$ 22.562,76	R\$ 303,55	R\$ 2.732,21	R\$ 4.262,25	R\$ 40.084,56	R\$ 481.014,75
	RI		2	R\$ 11.633,93	R\$ 34.901,79	R\$ 313,34	R\$ 1.880,23	R\$ 2.933,16	R\$ 27.689,49	R\$ 332.273,87
III	RI	11	2	R\$ 12.704,54	R\$ 25.409,08	R\$ 323,13	R\$ 2.908,48	R\$ 4.537,23	R\$ 42.670,64	R\$ 512.047,65
	RIII	1	133	R\$ 13.474,51	R\$ 1.012.663,33	R\$ 374,25	R\$ 2.117,42	R\$ 3.303,18	R\$ 31.182,55	R\$ 374.190,63
	RIII	2	5	R\$ 7.614,01	R\$ 26.949,02	R\$ 211,48	R\$ 2.245,75	R\$ 3.503,37	R\$ 33.072,40	R\$ 396.868,79
	RIII	3	1	R\$ 7.918,58	R\$ 39.592,90	R\$ 219,94	R\$ 84.388,61	R\$ 131.646,23	R\$ 1.228.909,65	R\$ 14.746.915,83
	RIII		1	R\$ 8.223,14	R\$ 8.223,14	R\$ 228,40	R\$ 685,26	R\$ 1.069,01	R\$ 48.259,32	R\$ 579.111,89
	RIII		1	R\$ 8.527,70	R\$ 8.527,70	R\$ 236,86	R\$ 710,64	R\$ 1.108,60	R\$ 10.205,81	R\$ 122.469,69
	RII	4	2	R\$ 8.911,45	R\$ 17.822,90	R\$ 247,52	R\$ 1.485,24	R\$ 2.316,98	R\$ 10.583,80	R\$ 127.005,59
	RI	6	1	R\$ 9.547,98	R\$ 9.547,98	R\$ 265,20	R\$ 795,67	R\$ 1.241,24	R\$ 21.872,63	R\$ 262.471,61
	Totais		279	R\$ 9.547,98	R\$ 2.732.262,95	R\$ 10.617,78	R\$ 227.688,58	R\$ 355.194,18	R\$ 3.325.763,49	R\$ 39.909.161,87

Custo Atual dos Auxiliares de Perícia Oficial

Classe	Subníveis	Quinquênios	Nº Servidores	Subsídio	Total Subsídio	1/12 de Férias	1/12 de 13º	Cont. Previd.	Custo Mensal	Custo Anual
I	RIII	6	2	R\$ 4.838,75	R\$ 9.677,50	R\$ 268,79	R\$ 806,46	R\$ 1.258,08	R\$ 12.010,83	R\$ 144.129,91
	RII		1	R\$ 5.056,49	R\$ 5.056,49	R\$ 140,44	R\$ 421,37	R\$ 657,34	R\$ 6.275,65	R\$ 75.307,82
	RIII	7	1	R\$ 5.000,04	R\$ 5.000,04	R\$ 138,88	R\$ 416,67	R\$ 650,01	R\$ 6.205,59	R\$ 74.467,10
	RI	10	3	R\$ 5.988,56	R\$ 17.965,68	R\$ 499,00	R\$ 1.497,14	R\$ 2.335,54	R\$ 22.297,36	R\$ 267.568,26
	RI	11	1	R\$ 6.164,70	R\$ 6.164,70	R\$ 171,22	R\$ 513,73	R\$ 801,41	R\$ 7.651,06	R\$ 91.812,73
	RIII	4	2	R\$ 3.901,50	R\$ 7.803,00	R\$ 216,73	R\$ 650,25	R\$ 1.014,39	R\$ 9.684,37	R\$ 116.212,42
	RIII	5	2	R\$ 4.040,84	R\$ 8.081,68	R\$ 224,47	R\$ 673,47	R\$ 1.050,62	R\$ 10.030,24	R\$ 120.362,88
	RII	6	2	R\$ 4.368,28	R\$ 8.736,56	R\$ 242,66	R\$ 728,05	R\$ 1.135,75	R\$ 10.843,02	R\$ 130.116,21
	RI	10	1	R\$ 5.173,51	R\$ 5.173,51	R\$ 143,69	R\$ 431,13	R\$ 672,56	R\$ 6.420,89	R\$ 77.050,64
	RII	6	1	R\$ 3.773,75	R\$ 3.773,75	R\$ 104,82	R\$ 314,48	R\$ 490,59	R\$ 4.683,63	R\$ 56.203,59
	RIII	1	3	R\$ 2.599,78	R\$ 7.799,34	R\$ 216,63	R\$ 649,95	R\$ 1.013,91	R\$ 9.679,83	R\$ 116.157,91
II	RIII	2	4	R\$ 2.703,77	R\$ 10.815,08	R\$ 300,39	R\$ 901,26	R\$ 1.405,96	R\$ 13.422,69	R\$ 161.072,23
	RII		16	R\$ 2.825,45	R\$ 45.207,20	R\$ 1.255,63	R\$ 3.767,27	R\$ 5.876,94	R\$ 56.107,03	R\$ 673.284,39
	RIII	4	1	R\$ 2.911,76	R\$ 2.911,76	R\$ 80,87	R\$ 242,65	R\$ 378,53	R\$ 3.613,81	R\$ 43.365,72
	Totais		40	R\$ 2.911,76	R\$ 144.166,29	R\$ 4.004,22	R\$ 12.013,86	R\$ 18.741,62	R\$ 178.925,98	R\$ 2.147.111,81
III	RIII									
	RIII									
	RIII									
	RIII									
	RIII									
	RIII									
	RIII									
	RIII									
	RIII									
	RIII									
	RIII									
IV	RIII									
	RIII									
	RIII									
	RIII									
	RIII									
	RIII									
	RIII									
	RIII									
	RIII									
	RIII									
	RIII									
Custo Total das Carreiras de Peritos e Auxiliares										
										R\$ 42.056.273,67





**Custo previsto para Peritos Oficiais / 2014**

Classe	Quinquênios	Nº Servidores	Subsídio	Total Subsídio	1/12 Férias	1/12 de 13º	Cont. Previd.	Custo Mensal	Custo Anual
I	8	1	R\$ 16.078,06	R\$ 16.078,06	R\$ 446,57	R\$ 1.339,84	R\$ 2.090,15	R\$ 19.954,61	R\$ 239.455,37
	9	5	R\$ 16.881,97	R\$ 84.409,85	R\$ 468,90	R\$ 7.034,15	R\$ 10.973,28	R\$ 102.886,18	R\$ 1.234.634,18
	10	2	R\$ 17.726,07	R\$ 35.452,14	R\$ 492,34	R\$ 2.954,35	R\$ 4.608,78	R\$ 43.507,60	R\$ 522.091,26
	11	6	R\$ 18.612,37	R\$ 111.674,22	R\$ 516,96	R\$ 9.306,19	R\$ 14.517,65	R\$ 136.015,01	R\$ 1.632.180,15
	4	8	R\$ 11.514,91	R\$ 92.119,28	R\$ 319,83	R\$ 7.676,61	R\$ 11.975,51	R\$ 112.091,22	R\$ 1.345.094,64
	5	6	R\$ 12.090,65	R\$ 72.543,90	R\$ 335,82	R\$ 6.045,33	R\$ 9.430,71	R\$ 88.355,75	R\$ 1.060.269,00
	6	2	R\$ 12.695,19	R\$ 25.390,38	R\$ 352,61	R\$ 2.115,87	R\$ 3.300,75	R\$ 31.159,60	R\$ 373.915,24
	7	1	R\$ 13.329,94	R\$ 13.329,94	R\$ 370,24	R\$ 1.110,83	R\$ 1.732,89	R\$ 16.543,90	R\$ 198.526,80
	8	6	R\$ 13.996,44	R\$ 83.978,64	R\$ 388,75	R\$ 6.998,22	R\$ 10.917,22	R\$ 102.282,83	R\$ 1.227.394,01
	9	7	R\$ 14.696,26	R\$ 102.873,82	R\$ 408,19	R\$ 8.572,82	R\$ 13.373,60	R\$ 125.228,42	R\$ 1.502.741,08
	10	7	R\$ 15.431,08	R\$ 108.017,56	R\$ 428,60	R\$ 9.001,46	R\$ 14.042,28	R\$ 131.489,90	R\$ 1.577.878,85
III	11	8	R\$ 16.202,63	R\$ 129.621,04	R\$ 450,03	R\$ 10.801,75	R\$ 16.850,74	R\$ 157.723,56	R\$ 1.892.682,68
	4	57	R\$ 9.871,88	R\$ 562.697,16	R\$ 274,19	R\$ 46.891,43	R\$ 73.150,63	R\$ 683.013,41	R\$ 8.196.160,95
	5	5	R\$ 10.365,47	R\$ 51.827,35	R\$ 287,90	R\$ 4.318,95	R\$ 6.737,56	R\$ 63.171,75	R\$ 758.061,03
	6	3	R\$ 10.883,75	R\$ 32.651,25	R\$ 302,30	R\$ 2.720,94	R\$ 4.244,66	R\$ 39.919,15	R\$ 479.029,75
	7	3	R\$ 11.427,93	R\$ 34.283,79	R\$ 317,41	R\$ 2.856,98	R\$ 4.456,89	R\$ 41.915,08	R\$ 502.980,91
	8	2	R\$ 11.999,33	R\$ 23.998,66	R\$ 333,28	R\$ 1.999,89	R\$ 3.119,83	R\$ 29.451,66	R\$ 353.419,87
	9	5	R\$ 12.599,30	R\$ 62.996,50	R\$ 349,95	R\$ 5.249,71	R\$ 8.189,55	R\$ 76.785,70	R\$ 921.428,39
	11	2	R\$ 13.890,72	R\$ 27.781,44	R\$ 385,81	R\$ 2.315,12	R\$ 3.611,59	R\$ 34.093,96	R\$ 409.127,54
	1	133	R\$ 7.614,01	R\$ 1.012.663,33	R\$ 211,48	R\$ 84.388,61	R\$ 131.646,23	R\$ 1.228.909,65	R\$ 14.746.915,83
	2	5	R\$ 7.994,71	R\$ 39.973,55	R\$ 222,05	R\$ 3.331,13	R\$ 5.196,56	R\$ 48.723,29	R\$ 584.679,52
	3	1	R\$ 8.394,45	R\$ 8.394,45	R\$ 233,16	R\$ 699,54	R\$ 1.091,28	R\$ 10.418,42	R\$ 125.021,06
IV	4	3	R\$ 8.814,17	R\$ 26.442,51	R\$ 244,81	R\$ 2.203,54	R\$ 3.437,53	R\$ 32.328,39	R\$ 387.940,71
	6	1	R\$ 9.254,88	R\$ 9.254,88	R\$ 257,05	R\$ 771,24	R\$ 1.203,13	R\$ 11.486,31	R\$ 137.835,70
	Totais	279	R\$ 2.768.453,70	R\$ 2.768.453,70	R\$ 8.398,22	R\$ 230.704,48	R\$ 359.898,98	R\$ 3.367.455,38	R\$ 40.409.464,52

**Custo previsto para Auxiliares da Perícia Oficial**

Classe	Quinquênios	Nº Servidores	Subsídio	Total Subsídio	1/12 Férias	1/12 de 13º	Cont. Previd.	Custo Mensal	Custo Anual
I	6	3	R\$ 4.979,41	R\$ 14.938,23	R\$ 414,91	R\$ 1.244,85	R\$ 1.941,97	R\$ 18.539,96	R\$ 222.479,54
	7	1	R\$ 5.228,38	R\$ 5.228,38	R\$ 145,22	R\$ 435,70	R\$ 679,69	R\$ 6.488,99	R\$ 77.867,83
	10	3	R\$ 6.052,51	R\$ 18.157,53	R\$ 504,33	R\$ 1.513,13	R\$ 2.360,48	R\$ 22.535,46	R\$ 270.425,54
	11	1	R\$ 6.355,13	R\$ 6.355,13	R\$ 176,51	R\$ 529,59	R\$ 826,17	R\$ 7.887,40	R\$ 94.648,86
	4	2	R\$ 3.931,84	R\$ 7.863,68	R\$ 218,41	R\$ 655,31	R\$ 1.022,28	R\$ 9.759,68	R\$ 117.116,15
	5	2	R\$ 4.128,43	R\$ 8.256,86	R\$ 229,33	R\$ 688,07	R\$ 1.073,39	R\$ 10.247,66	R\$ 122.971,89
	6	2	R\$ 4.334,85	R\$ 8.669,70	R\$ 240,80	R\$ 722,48	R\$ 1.127,06	R\$ 10.760,04	R\$ 129.120,44
	10	1	R\$ 5.269,04	R\$ 5.269,04	R\$ 146,35	R\$ 439,09	R\$ 684,98	R\$ 6.539,45	R\$ 78.473,39
	6	1	R\$ 3.606,07	R\$ 3.606,07	R\$ 100,16	R\$ 300,51	R\$ 468,79	R\$ 4.475,52	R\$ 53.706,28
	1	3	R\$ 2.599,78	R\$ 7.799,34	R\$ 216,63	R\$ 649,95	R\$ 1.013,91	R\$ 9.679,83	R\$ 116.157,91
	2	20	R\$ 2.729,77	R\$ 54.595,40	R\$ 1.516,39	R\$ 4.549,62	R\$ 7.097,40	R\$ 67.758,81	R\$ 813.105,67
IV	4	1	R\$ 3.009,57	R\$ 3.009,57	R\$ 83,59	R\$ 250,80	R\$ 391,24	R\$ 3.735,20	R\$ 44.822,43
	Totais		R\$ 143.748,93	R\$ 143.748,93	R\$ 3.992,63	R\$ 11.979,08	R\$ 18.687,36	R\$ 178.407,99	R\$ 2.140.895,94
<b>Custo Total das Carreiras de Peritos e Auxiliares</b>									<b>R\$ 42.550.360,46</b>





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 33/14**

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 001/14 que dispõe sobre o Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do estado do Paraná – QPPO. Conforme especifica e adota outras providências.

Inicialmente denota-se que a proposta foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Bernardo Ribas Carli exarou o competente parecer favorável em virtude de sua constitucionalidade e por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma de Emenda Substitutiva Geral.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, observa-se que a presente projeto visa propor adequação da atual norma, com o objetivo de minimizar os prejuízos que os servidores do QPPO absorveram por permanecerem por mais de treze anos sem possibilidades de desenvolvimento na carreira.

Denota-se ainda, que a matéria objeto do presente Projeto de Lei, não fere os preceitos da Lei Complementar Federal nº 101/00, tendo em vista que apresenta o despacho nº 61/2014, ref. ao protocolo nº 11.438.422-4, apresenta planilhas demonstrativas do impacto financeiro referente ao exercício de 2014.

Oportuno observar, que a Carta Magna Estadual, em seu art. 61. § 1º, II, "c", c/c os arts. 65, 66 e 87, asseguram a competência privativa de matérias dessa natureza ao Governador do Estado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

DIRETORIA LEGISL.  
Pág. 541

Ainda, vale ressaltar que, o art. 30 do Projeto de Lei demonstra que os custos com a aprovação da matéria estão condicionados à disponibilidade orçamentária-financeira, ao comportamento da receita, conforme dados que serão atestados pelas Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL e da Fazenda – SEFA.

Com base no acima exposto, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa nesta Casa Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**, na forma da Emenda Substitutiva Geral da Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, 17/03/14

  
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO WILSON QUINTERO  
RELATOR

  
Dep. Pugliesi

  
Dep. Berner

  
Dep. Enio





## COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 33/2014

Dispõe sobre o Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná – QPPO, conforme especifica e adota outras providências.

#### RELATÓRIO

Em exame o Projeto de Lei nº 33/2014, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná – QPPO, conforme especifica e adota outras providências

Em observação ao art. 33-H do Regimento Interno, cabe a esta Comissão de Segurança Pública manifestar-se em relação ao Projeto de Lei em tela.

#### FUNDAMENTAÇÃO

Convocada a opinar, a Comissão de Segurança Pública encontrou méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem como objetivo de acordo com a mensagem 001/2014 do Poder Executivo, 1 – adequar às carreiras do quadro próprio dos Peritos Oficiais; 2 – minimizar prejuízos dos servidores que não tinham possibilidade de promoção e progressão na carreira; 3 – reformular a gestão técnica e administrativa na Polícia Científica; e promover a renovação e aumento do quadro de servidores.

## CONCLUSÃO

Procedida minuciosa análise da Proposição, e ainda considerando o Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, informa-se que nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa, estando o Projeto de Lei em condições de merecer o finalíssimo exame do Plenário desta casa.

Em sendo assim, esta Comissão de Segurança Pública, manifesta-se FAVORÁVELMENTE à Proposição em epígrafe.

Sala das Comissões, 19 de Março de 2014

  
Deputado **Mauro Moraes**

Presidente

  
Deputado **Wilson Quinteiro**

Relator









ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda de Plenário nº 01  
DAP 25 MAR 2014  
Visto *Claudio*



**EMENDA MODIFICATIVA  
AO ARTIGO 25º DO PROJETO DE LEI Nº 33/2014**

Altera o Art. 25 do Projeto de Lei 33/2014, com a seguinte redação:

**“ART. 25º. Aos servidores ativos e estáveis, ocupantes dos cargos e funções do Quadro Próprio dos Peritos Oficiais – QPPO, que estiverem em exercício na data da sanção desta Lei, contarem com no mínimo quinze anos completos e ocuparem a 4ª, 3ª ou 2ª classes respectivamente, excepcionalmente será concedida promoção para a primeira classe.”**

Sala das Sessões, 24 de março de 2014.

*Scaramuzza*  
*Werner*  
*João*  
*Trini*  
**RASCA RODRIGUES**  
Deputado Estadual – PV

14:51 25/03/2014 001305 DP RESCUE-LEGISLATIV DO PARANÁ



**JUSTIFICATIVA:**

A presente emenda visa adequar a proposta à atual realidade existente no quadro de Peritos Criminais do Estado do Paraná, por não haver mais nenhum Perito na quarta classe com tempo de serviço de 15 anos na ativa.

Outro fator é a criação de 90 novas vagas para a primeira classe. Que beneficiara os peritos mais antigos, que encontram-se em condições de promoção da primeira, para a segunda classe. É pertinente ressaltar, que existem atualmente nesta classe no máximo dez peritos.

E por último, efetuar a junção dos peritos de 3ª e 2ª classes, que farão vinte anos de nomeação este ano, sendo que o número de profissionais nesta condição é inferior a setenta.

Diante do exposto, solicito o acolhimento da presente emenda ao bojo do Projeto de Lei nº 33/2014.

12





Emenda de Plenário nº	02
DAP	25 MAR 2014
Visto	<i>Claudio</i>

**SUBEMENDA MODIFICATIVA AO SUBSTITUTIVO GERAL  
APRESENTADO AO PROJETO DE LEI 033/2014**

Altera a redação do caput do art. 26 do Substitutivo Geral apresentado ao Projeto de Lei nº 033/2014.

**Art. 1º** O caput do art. 26 do Projeto de Lei nº 033/14 passa a contar com a seguinte redação:

**"Art. 26.** Quando a escolha do Secretário de Estado e do Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública, Diretor-Geral da Polícia Científica, Diretores do Instituto Médico Legal e do Instituto de Criminalística recair sobre Peritos Oficiais que não estejam na primeira classe do Quadro Próprio de Peritos Oficiais, o escolhido poderá ser alçado, excepcionalmente, por ato do Chefe do Poder Executivo, à primeira classe, desde que cumpridos os seguintes requisitos:  
(...)"

Sala das Sessões, 25 de março de 2014.

*Handwritten signature and initials*  
*SCANDIA*  
*V. D. VILLO*

**Deputado Ademar Traiano**

*Handwritten signature*

**Deputado Bernardo Carli**

*Handwritten signature*  
**ELIO**

*Handwritten signature*  
**ASCA**

14152 25/03/2014 08:13:06 OF. SECRETARIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL WILSON QUINTEIRO



## Projeto de Lei nº 348/13

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 07 AGO. 2013

1º Secretário

Súmula: Estabelece um período máximo de tolerância de trinta minutos para início de apresentações de "shows" musicais e peças teatrais no Estado do Paraná e dá outras providências.

Art. 1º - Fica estabelecido que os "shows" musicais e peças teatrais realizados no Estado do Paraná terão uma tolerância máxima de trinta minutos para início de suas apresentações após o horário estabelecido em suas peças publicitárias de divulgação.

Parágrafo único - Os trinta minutos de que trata o "caput" do art. 1º começam a ser contados a partir do horário de início divulgado nas peças de propaganda do evento, tais como "folders", "outdoors", ingressos, "flyers", jornais, revistas, "site" oficial, "site" de vendas dos ingressos, rádio, televisão e outras formas de divulgação.

Art. 2º - Somente será admitido atraso superior aos trinta minutos caso ocorra impedimento ligado a caso fortuito ou força maior.

Parágrafo único - O cancelamento do evento, que não seja por caso fortuito ou força maior e com o público já presente, não isentará a empresa promotora do pagamento da multa pelo atraso.

Art. 3º - O não cumprimento desta lei acarretará multa à empresa promotora do evento de 20% (vinte por cento) sobre o valor do número total de ingressos vendidos.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 07 de agosto de 2013.

**WILSON QUINTEIRO**

Deputado Estadual - PSB



## **JUSTIFICATIVA**

Este projeto de lei visa acabar com um verdadeiro absurdo que ocorre em "shows" e eventos em geral. Mesmo os consumidores pagando alto valor nos ingressos e fazendo esforço para chegar no horário, enfrentam, em certas situações, o total desrespeito das empresas promotoras de eventos e artistas, que muitas vezes atrasam o início das apresentações sem justificativa.

Temos acompanhado, através da imprensa, os muitos casos de grandes atrasos, tanto que em algumas situações o Procon foi acionado, como aconteceu em Porto Alegre, onde a produtora Time For Fun foi notificada pelo atraso de quase quatro horas no "show" da Madonna.

Para acabar com esse abuso e desrespeito sofrido pelo público é que conclamo os meus pares desta Casa de Leis, para aprovar o presente projeto de lei.





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº. 348/2013

Projeto de Lei nº 348/2013

Autor: Deputado Wilson Quinteiro

**Súmula:** Estabelece um período de tolerância de trinta minutos para início de apresentações de "shows" musicais e peças teatrais no Estado do Paraná.

**EMENTA:** ESTABELECE UM PERÍODO MÁXIMO DE TOLERÂNCIA DE TRINTA MINUTOS PARA INÍCIO DE APRESENTAÇÕES DE "SHOWS" MUSICAIS E PEÇAS TEATRAIS NO ESTADO DO PARANÁ. ARTS. 5º XXXII, E 170, V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTS. 13, VIII, E 145 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 4º E 6º, IV, DA LEI Nº 8.078 DE 11 DE SETEMBRO DE 1990. **PARECER FAVORÁVEL. APROVAÇÃO.**

### I - RELATÓRIO

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Estadual Wilson Quinteiro, estabelece um período máximo de tolerância de trinta minutos para início de apresentações de "shows" musicais e peças teatrais no Estado do Paraná.

### II - ANÁLISE

**VISTA EM 10/10/13** preliminarmente vale ressaltar a competência da Comissão de Constituição e Justiça, que em consonância com o disposto no artigo 33

BERNARDO GALI

Praca Nossa Senhora de Salette, s / nº - Edifício Pres. Tancredo Neves  
Gabinete 807 - 8º Andar - Curitiba/PR Tel.: (41) 3350-4250/3350-4081  
E-mail: pericles@periclesdemello.com.br - www.periclesdemello.com.br

**APROVADO**

02/10/13



## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete do Deputado Péricles de Mello*



- A, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, juridicidade, legitimidade do proponente, bem como se a técnica legislativa ora utilizada esta em conformidade com a Lei Complementar 95/1998.

Preliminarmente, vale ressaltar a importância de garantir os direitos dos consumidores, visto que a Constituição Federal em seu artigo 5º traz o rol de garantias e direitos fundamentais, e no inciso XXXII traz a garantia da defesa do consumidor, vejamos:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

Quanto à competência do parlamentar, verificamos que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:





## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete do Deputado Péricles de Mello*



Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Ainda, sobre o assunto DE DIREITO DO CONSUMIDOR, a CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA prevê no artigo 24, inciso V, a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar, conforme segue:

**Art. 24.** Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo; (grifo nosso)

A defesa do consumidor está incluída também no art. 170 da Ordem Econômica:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

(...)

V - defesa do consumidor;

(...)

No que se refere à norma prevista na **Constituição Estadual**, os artigos 13, VIII, e 145, preceituam que compete ao Estado legislar,



## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete do Deputado Péricles de Mello*



concorrentemente com a União, quanto à responsabilidade por dano ao consumidor, e, promover a defesa dos direitos sociais do consumidor, respectivamente.

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

Art. 145. O Estado, por lei e ação integrada com a União, Municípios e a sociedade, promoverá a defesa dos direitos sociais do consumidor, através de sua conscientização, da prevenção e responsabilização por danos a ele causados, democratizando a fruição de bens e serviços essenciais.

O especialista em direito do consumidor e membro da escola nacional de defesa do consumidor, Antonio de Bulhões Barbosa Júnior, ensina que *"Relação de consumo é a relação existente entre o consumidor e o fornecedor na compra e venda de um produto ou na prestação/utilização de um serviço. É o vínculo jurídico dotado de características próprias sobre o qual incide o microssistema denominado Código de Defesa do Consumidor, "o Código regula a relação de consumo e não apenas o "contrato de consumo", desde "o ilícito do consumo" até o "ato do consumo".*

Esclarece, ainda, que *"A relação jurídica é um vínculo que une duas ou mais pessoas caracterizando-se uma como o sujeito ativo e outra como passivo da relação. Este vínculo decorre da lei ou do contrato e, em consequência, o primeiro pode exigir do segundo o cumprimento de uma prestação do tipo dar, fazer ou não fazer. Se houver incidência do Código de Defesa do Consumidor na relação, isto é, se uma das partes se enquadrar no conceito de consumidor e a outra no de fornecedor e entre elas houver nexos de causalidade capaz de*





## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete do Deputado Péricles de Mello*



*obrigar uma a entregar a outra uma prestação, estaremos diante de uma relação de consumo.*

Além da Constituição Estadual e Federal, o Código de Defesa do Consumidor veio regulamentar os direitos dos consumidores, desta forma, o art. 4º traça os objetivos da Política Nacional das Relações de Consumo:

○

Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios:

○

Além da Política Nacional, o art. 6º traz os direitos básicos do consumidor, e dentre eles esta a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

(...)

IV - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Pérciles de Mello



Conforme estudado acima, verificamos que é constitucional o presente projeto de lei, que tem o parlamentar a competência necessária para legislar a respeito de direito do consumidor.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **aprovação** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **constitucionalidade**.

Sala das Comissões, 02 de setembro de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
CAIO QUINTANA

  
**DEPUTADO PÉRCILES DE MELLO**  
**RELATOR**

  
Dep. Turiani

  
Dep. Nereu

  
Dep. Quintana

  
Dep. Carlos

  
Dep. Curi

  
Dep. Fernando

  
Dep. Adriano

  
Dep. Tadeu

**PROVADO**  
02/10/13



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,  
Deputado Péricles de Holleben Mello, Deputada Rose Litro e Deputado Aníbelli Neto



### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 348/2013

**Súmula:** Estabelece um período máximo de tolerância de trinta minutos para início de apresentações de "shows" musicais e peças teatrais no Estado do Paraná e dá outras providências.

**Autor:** Deputado Wilson Quintero

**Justificativa:** Impedir a ocorrência de dano ou prejuízo ao consumidor

**Parecer Favorável:** Comissão de Constituição e Justiça

### PARECER

Quanto à competência desta Comissão, in verbis:

**"Art.33-P** Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor."

Diante do tema exposto esta Comissão é competente para apreciar e emitir o devido parecer.

Desta feita, a justificativa apresentada pelo parlamentar proponente do Projeto de Lei é suficiente para balizar a sua apresentação, uma vez que, trata da proteção dos interesses do consumidor.





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,  
Deputado Péricles de Holleben Mello, Deputada Rose Litro e Deputado Anibelli Neto




Por outro lado, o objetivo a ser atingido com o Projeto de Lei está em consonância com os ditames do Direito do Consumidor, haja vista buscar que o consumidor não seja injustamente exposto à constrangimento ou dano.

Cumpre ressaltar que o mecanismo apresentado pelo Projeto é adequado ao propósito da Lei, que visa que o consumidor recebe adequadamente pelo serviço adquirido.

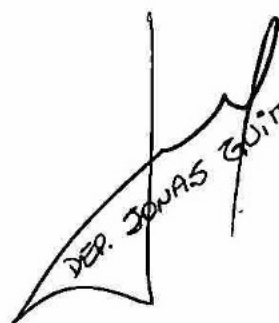
Assim, não havendo óbice legal, emite-se **PARECER FAVORÁVEL** ao prosseguimento da tramitação do presente Projeto de Lei.

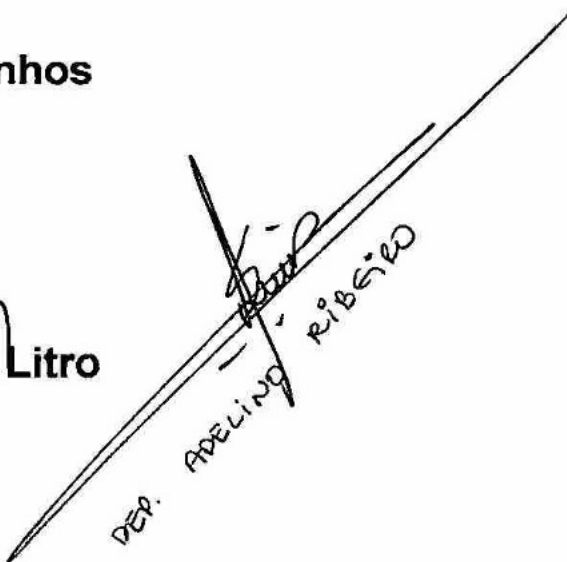
É o Parecer.

Sala das Comissões, em 13 de NOVENO de 2013.

  
**Deputado Paranhos**  
Presidente

  
**Deputada Rose Litro**  
Relatora

  
DEP. JONAS GUIMARÃES

  
DEP. ADELINO RIBEIRO



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete do Deputado Péricles de Mello*

Comissão de Cultura



## **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 348/2013**

Autor: Deputado Estadual Wilson Quinteiro

Relator: Deputado Estadual Bernardo Carli

**Súmula:** Estabelece um período máximo de tolerância de trinta minutos para início de apresentações de "shows" musicais e peças teatrais no Estado do Paraná

### **I – SÍNTESE FÁTICA**

O Projeto de Lei em questão objetiva instituir, no âmbito do Estado do Paraná, tolerância de trinta minutos para início de apresentações, "shows" musicais e peças teatrais."

Após análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Deputado Péricles de Mello, o Projeto foi aprovado ante a ausência de quaisquer vícios de ordem constitucional ou legal.

Ainda, o projeto foi enviado para Comissão de Defesa do Consumidor, onde recebeu parecer favorável relatado pela Deputada Rose Litro.

Desse modo, o projeto foi encaminhado para a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito, merecendo também aprovação, consoante se passará a demonstrar.

### **II – MÉRITO**

Atendendo ao que preceitua o Regimento Interno (artigo 33) desta Casa de Leis, a Comissão de Cultura é competente para manifestar-se sobre as proposições que estejam relacionadas ao desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e tratem acerca do patrimônio histórico. Com isto, passamos a expor os motivos para aprovação do projeto em tela.

A iniciativa do projeto é importante em razão de que, o atraso para início de shows musicais e teatrais em nosso Estado, é fato que ocorre na maioria dos eventos.

Além do que, o consumidor terá seus direitos amparados pelo que preceitua a letra da lei já que, utrapassados os trinta minutos, a empresa



## Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete do Deputado Péricles de Mello*



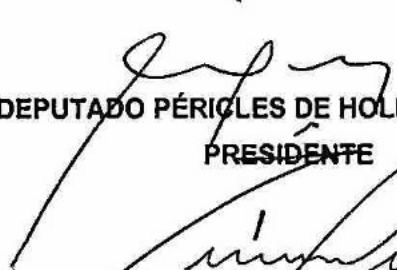
promotora do evento será multada em 20% (vinte por cento) sobre o valor do número total de ingressos vendidos.

Nesse contexto e diante do que expõe o projeto, objeto de análise desta Comissão de Cultura, merece aprovação com congratulações, na medida em que indica normas que garantem o acesso do cidadão à cultura, assegurando também seus direitos enquanto consumidor.


### **III – CONCLUSÃO**

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que, o que estabelece, está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.


Curitiba, 11 de dezembro de 2013.

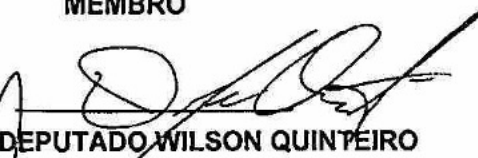
  
DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO BERNARDO CARLI  
RELATOR

  
DEPUTADO RASCA RODRIGUES  
MEMBRO

DEPUTADO CAITO QUINTANA  
MEMBRO

  
DEPUTADO TERUO KATO  
MEMBRO

  
DEPUTADO WILSON QUINZEIRO  
MEMBRO

  
DEPUTADO PEDRO LUPION  
MEMBRO





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI

3414

**Súmula:** Autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica – PCH Moinho, pela Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Econômico de Marechal Cândido Rondon - CERCAR, no Município de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

**Art. 1º** Fica autorizada a construção da Pequena Central Hidrelétrica – PCH Moinho, pela Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Econômico de Marechal Cândido Rondon - CERCAR, no Município de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.

**Art. 2º** A construção da Pequena Central Hidrelétrica – PCH Moinho, pela Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Econômico de Marechal Cândido Rondon - CERCAR, no Município de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, está sujeita ao cumprimento das normas ambientais, observadas as legislações municipal, estadual e federal.

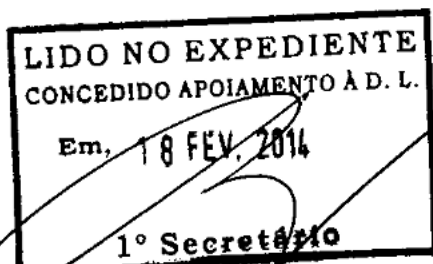
**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 06 de fevereiro de 2014



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador



Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 18/02/2014

Presidente



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar a construção da Pequena Central Hidrelétrica – PCH Moinho, de potência instalada de 3,7 MW, localizada no Arroio Guaçu, pela Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Econômico de Marechal Cândido Rondon - CERCAR, no Município de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.

A CERCAR é uma Cooperativa de Desenvolvimento que presta seus serviços nas áreas de distribuição de energia elétrica a um corpo social composto de cerca de um mil e oitocentos associados que são produtores rurais localizados nos Municípios de Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes, Mercedes e Pato Bragado.

A Pequena Usina Hidrelétrica irá gerar energia para ser distribuída a esses agricultores. Assim, trata-se de projeto de alto alcance social, haja vista que proporcionará aos seus associados energia de boa qualidade a preços mais baixos que os de mercado, desonerando os custos de produção agropecuária.

Em suma, cuida-se de projeto que contempla, sob qualquer ótica que o analise, de empreendimento que privilegia exclusivamente o interesse público.

Vale salientar que a CERCAR é detentora de todos os direitos de exploração dessa PCH e encontra-se em posse de todos os documentos que autorizam a construção do empreendimento, documentos que se lista a seguir:

- Declaração do Município de Marechal Cândido Rondon de conformidade com a legislação municipal e Alvará de Construção expedido;

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 13.057.887-0

- Autorizações e Despacho da **ANEEL** para a CERCAR operar como cooperativa de energia, para exploração comercial e aprovação do Projeto Básico da PCH – MOINHO;
- Licença de Instalação da PCH – MOINHO, Autorização Florestal e Autorização Ambiental, emitidas pelo **IAP**, para possibilitar eventual supressão florestal na área de interesse do projeto MOINHO e para construção da linha de transmissão de energia que conectará a PCH – MOINHO ao sistema interligado nacional;
- Declaração de conformidade de emissão da **FUNAI**;
- Outorga de Aproveitamento de Potencial Hidrelétrico para a PCH – MOINHO de emissão do Instituto das Águas do Paraná;
- Certidões negativas das Fazendas Municipal, Estadual e Federal atinente à situação fiscal/tributária da CERCAR.

Com o propósito de dar atendimento à norma estabelecida no art. 209 da Constituição do Estado do Paraná e ante todo o exposto, submeto à apreciação dessa Casa de Leis o Anexo Anteprojeto de Lei com o objetivo já mencionado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICH**  
Governador do Estado





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 34/2014

Projeto de Lei nº 34/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 003/2014

**Súmula:** Autoriza a construção da pequena central hidrelétrica – PCH moinho, pela cooperativa de eletrificação e desenvolvimento econômico de Marechal Cândido Rondon – CERCAR no município de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.

**EMENTA:** AUTORIZAÇÃO CONSTRUÇÃO EMPREENDIMENTO HIDRELÉTRICO. POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65 E 209 CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTS. 2º E 9º RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IAP Nº 09/10. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.



**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo visa autorizar a construção da pequena central hidrelétrica – PCH moinho, pela cooperativa de eletrificação e desenvolvimento econômico de Marechal Candido Rondon – CERCAR no município de Marechal Candido Rondon, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:



**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)**

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)**

Entende-se por Pequena Central Hidrelétrica **PCH - Pequena Central Hidrelétrica** - toda usina hidrelétrica de pequeno porte cuja capacidade instalada seja superior a 1MW (um megawatt) e até 30MW (trinta megawatts) e cuja área do reservatório não seja maior que 3 km<sup>2</sup> (300 ha), nos termos do artigo 2º da Resolução Conjunta SEMA/IAP nº 09/2010:





**Art. 2º Para efeito desta Resolução entende-se por:**

**b. PCH - Pequena Central Hidrelétrica - é toda usina hidrelétrica de pequeno porte cuja capacidade instalada seja superior a 1MW (um megawatt) e até 30MW (trinta megawatts) e cuja área do reservatório não seja maior que 3 km² (300 ha), ou assim definidas pela ANEEL, conforme Resolução nº 652 de 09 de dezembro de 2003. (grifo nosso)**

Ainda, a Resolução supramencionada dispõe que empreendimentos caracterizados como Pequena Central Hidrelétrica – PCH necessitam para obter a licença de instalação de diversos documentos, entre eles a autorização da Assembléia Legislativa:

**Art. 9º Empreendimentos caracterizados como CENTRAL GERADORA HIDRELÉTRICA – CGH e como PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA – PCH, com potência instalada de até 10 MW, deverão efetuar o requerimento de licenciamento ambiental da sua unidade geradora de energia através dos documentos dispostos no Art. 8º, acrescidos dos seguintes documentos:**

**II LICENÇA DE INSTALAÇÃO – LI**

**a) Cadastro de Obras Diversas – COD;**

**b) Aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme Art. 209 da Constituição Estadual;**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



- c) Despacho da ANEEL aprovando o Projeto Básico, no caso de PCH;
- d) Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais – RDPA;
- e) Apresentação da outorga prévia dos recursos hídricos;
- f) Apresentação do pedido (protocolo) de autorização para supressão vegetal emitido pelo órgão competente, caso se aplique;
- g) Apresentação do pedido (protocolo) de autorização para manejo (estudos e resgate) da fauna emitida pelo órgão competente; (grifos nossos)

Neste sentido, a Constituição Estadual estabelece em seu artigo 209 que a construção de centrais termelétricas e hidrelétricas dependerá da aprovação desta Assembleia Legislativa:

**Art. 209. Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termoelétricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembleia Legislativa; a de centrais termonucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária.**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Constituição e Justiça*



Da justificativa apresentada no Presente Projeto, depreende-se que a CERCAR já tem toda a documentação necessária para construção da PCH, cumprindo os requisitos anteriormente mencionados.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei, e a Assembleia Legislativa tem a prerrogativa de aprovação das Leis neste sentido.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



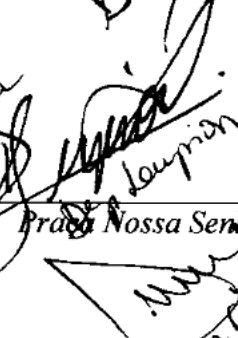
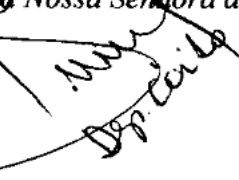
## CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 25 de fevereiro de 2014.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO NEREU MOURA  
RELATOR

  
  
  
  
Praça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

25.02.14

6





## COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 34/2014

O presente projeto de lei, oriundo do Poder Executivo - Mensagem nº 003/134, tem por escopo autorizar a construção da pequena central hidrelétrica – PHC Moinho, pela cooperativa de eletrificação e desenvolvimento de Marechal Cândido Rondon – CERCAR no município de Marechal Cândido Rondon.

O presente projeto passou pela análise da Comissão de Constituição e Justiça a qual emitiu parecer favorável.

Em razão do objeto do presente projeto de lei possuir um relevante interesse coletivo, opino favoravelmente à aprovação do presente Projeto de Lei.

Portanto, em face do exposto e conforme o parecer da CCJ, oferecemos PARECER FAVORÁVEL, recomendando a sua aprovação.


Curitiba, 10 de março de 2014.

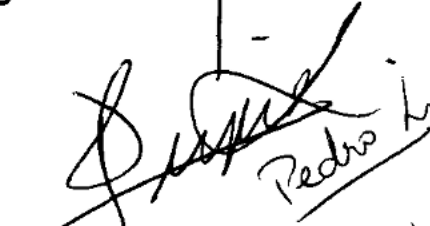
  
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES

RELATOR

  
DEPUTADO CAIO QUINTANA

PRESIDENTE

  
Américo Larco

  
Pedro Lupion

  
Elton Welles



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



## **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº34/2014**

**Projeto de Lei nº 34/2014 – Mensagem 003/2014**

**Autor: Poder Executivo**

**Súmula: Autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica – PCH Moinho, pela Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Econômico de Marechal Cândido Rondon – CERCAR, no Município de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.**

### **I – PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei 34/2014 – Mensagem 003/2014, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre a autorização para a construção da Pequena Central Hidrelétrica – PCH Moinho, localizada no Município de Marechal Cândido Rondon, no Estado do Paraná.

Em justificativa apresentada em seu mérito, destaca-se a importância da construção da PCH Moinho, trazendo benefícios para os agricultores da região e movimentação financeira local, com a preocupação fundamentada em um processo de construção que não produza impactos nocivos ao meio ambiente.

### **II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 34/2014**, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, uma vez que o projeto visa autorizar a construção de uma Pequena Central Hidrelétrica - PCH no município de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná. A ação sugerida para a Construção da PCH Moinho, condiz com a realidade inserida neste cenário, já que nos dias de hoje, o mercado consumidor, os grandes centros



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



instalados e neste caso, a o aumento da produção rural, exigem uma carga de energia cada vez mais elevada para suprir esta necessidade. Além disso, os custos com energia elétrica poderão ser reduzidos de forma significativa por serem produzidos de forma simples e amplamente vantajosa em relação aos valores inseridos para essa construção e ativação. A PCH Moinho será construída pela Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Econômico de Marechal Cândido Rondon – CERCAR, uma Cooperativa que presta serviços nas áreas de distribuição de energia elétrica a um corpo composto de um mil e oitocentos produtores rurais associados residentes na região e que estarão recebendo este benefício. Este processo dá prioridade para implantação da PCH em uma região em franco desenvolvimento, justificando sua ação pelo interesse público que frisa os ganhos com o crescimento regional e os investimentos voltados para o bem estar de toda a população.

Cabe ressaltar que a PCH Moinho será implantada em uma área devidamente legalizada, cumprindo todos os critérios e normas, bem como a legislação municipal, estadual e federal, com mecanismos que permitirão a suficiente instalação da Pequena Central Hidrelétrica para beneficiar produtores rurais dos Municípios de Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes, Mercedes e Pato Bragado.

Cumprindo a nós destacar que *“Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral”*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ocorre que a proposição em síntese analisada, encontra uma linha importante em sua defesa, ao vir de encontro ao interesse público meramente justificado e a necessidade de se trabalhar métodos que favoreçam o crescimento populacional, sem deixar de lado a preocupação direta com o meio ambiente e o bem estar populacional. Conforme cita a Constituição Federal em seu artigo 225º no Capítulo VI, no que diz respeito à competência da União em relação ao Meio Ambiente e a qualidade de vida:





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
***Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação***

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Art. 225º Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

*(Artigo 225º - Capítulo VI da Constituição da República Federativa do Brasil)*

Desta forma, afere-se uma abrangência grandiosa voltada ao mérito desta proposição, lembrando que o referido projeto de lei condiciona claramente a necessidade do cumprimento das normas ambientais e legais para a instalação da PCH Moinho.

### **III – CONCLUSÕES**

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, ainda concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com a União em razão ao bem comum: “*A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal*”. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a preservação do meio ambiente, os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição encontra fortes respaldos em seu mérito para seguir sua tramitação.

### **IV – VOTO DO RELATOR**

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Nereu Moura, nem



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



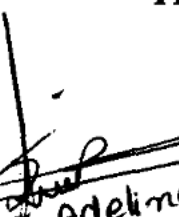
mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios apresentados aos produtores rurais dos Municípios citados, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 34/2014**, em sua forma apresentada.


**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.**  
**Sala das Comissões em 31 de março de 2014.**

  
**FRANCISCO BUHRER**  
*Presidente da Comissão*

  
**TERCÍLIO TURINI**  
*Relator*

  
**Adelino Ribeiro**

  
**Elton Welter**

  
**Pastor Edson Praczyk**



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 26 FEV. 2014

1º Secretário

**PROJETO DE LEI Nº 95 /2014**

Altera a Lei nº 14.317, de 16 de fevereiro de 2004, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 14.317, de 16 de fevereiro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação Betesda, com sede e foro no Município de Palotina".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA  
Membro

Deputado TADEU VENERI  
Membro

Deputado TERCILIO TURINI  
Membro

Deputado ANDRE BUENO  
Membro

Deputado ANIBELLI NETO  
Membro





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



**JUSTIFICATIVA.**

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.

SECRETARIA DE

ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para impressão

Lei 14317 - 16 de Fevereiro de 2004

Alterado Compilado OriginalPublicado no Diário Oficial nº. 6686 de 12 de Março de 2004

**Súmula:** Declara de utilidade pública a Ação Social da Igreja Presbiteriana Independente do Itaqui, com sede e foro no município de Campo Largo.

**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do Artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:**  
(Projeto de Lei nº 552/2003, vetado e as razões de veto não mantidas pela Assembléia Legislativa)

☐ **Art. 1º.** Fica declarada de utilidade pública a Ação Social da Igreja Presbiteriana Independente do Itaqui, com sede e foro no município de Campo Largo.

**Art. 2º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 16 de fevereiro de 2004.

Hermas Brandão  
Presidente

*Alterar Denominação*

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado



© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

SECRETARIA DE  
ESTADO DE  
GOVERNO

*DIVULGAÇÃO*



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Deputado Pedro Lupion

4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

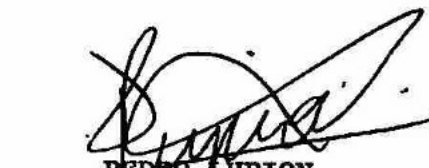
REQUERIMENTO.

REQUER AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA A **VOTAÇÃO EM BLOCO** DAS PROPOSIÇÕES DE AUTORIA DA COMISSÃO ESPECIAL QUE ANALISA TÍTULOS DE UTILIDADE PÚBLICA.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, **REQUER**, após ouvidos os membros da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a **VOTAÇÃO EM BLOCO** dos seguintes Projetos de Lei: 95/2014, 96/2014, 97/2014, 98/2014, 99/2014, 100/2014, 101/2014, 102/2014, 103/2014, 104/2014, 105/2014, 106/2014, 107/2014, 108/2014, 109/2014, 110/2014, 111/2014, 112/2014, 113/2014, 114/2014, considerando que todos são de autoria da COMISSÃO ESPECIAL QUE ANALISA TÍTULOS DE UTILIDADE PÚBLICA, formada para análise de utilidades públicas está trabalhando, junto a Casa Civil do Estado do Paraná, bem como, todos versam sobre a mesma matéria.

Sala das Comissões, 25 de março de 2014.

  
PEDRO LUPION.  
Deputado Estadual.

  
**Galine Gondim**  
Coordenadora da CC.  
Mat. 6246

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury | Edifício Tancredo Neves | Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 806, Centro Cívico, Curitiba, Paraná | Fone (fax): (41) 3350 4006 | [www.pedrolupion.com.br](http://www.pedrolupion.com.br) | [dep.pedrolupion@gmail.com](mailto:dep.pedrolupion@gmail.com)

Página | 1

reubido

25/03/14





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 95/2014**

**Projeto de Lei nº. 95/2014**

**Autores:** Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

**Súmula:** Altera a Lei nº 14.317, de 16 de fevereiro de 2004, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 14.317/2004 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “AÇÃO SOCIAL DA IGREJA PRESBITERIANA INDEPENDENTEMENTE ITAQUI” PARA “ASSOCIAÇÃO BETESTA, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE PALOTINA ” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação, a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 14.317/2004. Súmula:** Declara como Utilidade Pública a Ação Social da Igreja Presbiteriana Independente do Itaqui, com sede e foro no município de Campo Largo.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



O projeto pretende modificar a denominação da "Ação Social da Igreja Presbiteriana Independente do Itaqui, com sede e foro no município de Campo Largo" para "Associação Betesta, com sede e foro no Município de Palotina", conforme consta sua razão social.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**  
**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições**  
**que disponham sobre:**  
**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a  
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**



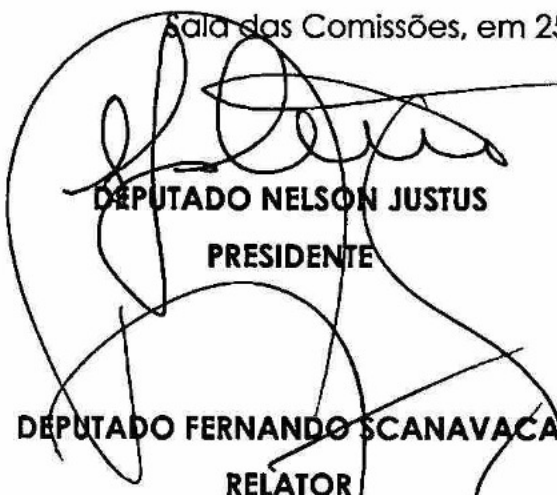


*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Março de 2014.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

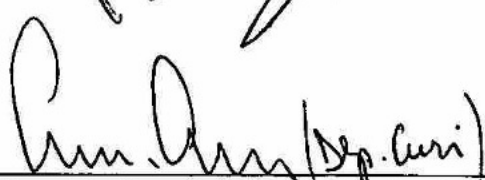
  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA**  
**RELATOR**

  
Dep. Carlos

  
Dep. Turiani

  
Dep. Hermenegildo

  
Dep. Moiano

  
Dep. Curi

  
Dep. Bastos

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

25.03.14

Dep. Nereu



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 26 FEV. 2014

1º Secretário

**PROJETO DE LEI Nº 96 /2014**

Altera a Lei nº 11.780, de 10 de julho de 1997, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 11.780, de 10 de julho de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação dos Voluntários e Voluntárias de Caridade de Rolândia, com sede e foro no Município de Rolândia".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAITO QUINTANA  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA  
Membro

Deputado TADEU VENERI  
Membro

Deputado TERCÍLIO TURINI  
Membro

Deputado ANDRE BUENO  
Membro

Deputado ANIBELLI NETO  
Membro



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



SECRETARIA DE  
**ESTADO DE GOVERNO**

Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para impressão

Lei 11780 - 10 de Julho de 1997

**Alterado** Compilado Original ⓘ

Publicado no Diário Oficial nº. 5042 de 10 de Julho de 1997

**Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação das Voluntárias de Caridade, com sede e foro na cidade de Rolândia.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica declarada de utilidade pública a Associação das Voluntárias de Caridade, com sede e foro na cidade de Rolândia.

**Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 10 de julho de 1997.

Jaime Lerner  
Governador do Estado

Fani Lerner  
Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família

*Alterar Denominação.*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)  
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n  
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE  
**ESTADO DE  
GOVERNO**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 96/2014**

**Projeto de Lei nº. 96/2014**

**Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.**

**Súmula:** Altera a Lei nº 11.780, de 10 de julho de 1997, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 11.780/1997 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DE CARIDADE” PARA “ASSOCIAÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS E VOLUNTÁRIAS DE CARIDADE DE ROLÂNDIA” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Lei 11.780/1997. Súmula:** Declara como Utilidade Pública a Associação a Associação das Voluntárias de Caridade, com sede e foro na cidade de Rolândia.

O projeto pretende modificar a denominação da "Associação a Associação das Voluntárias de Caridade" para "Associação dos Voluntários e Voluntárias de Caridade de Rolândia", conforme consta sua razão social.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Março de 2014.

*Dep. Luri*

**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

*Dep. Carlos*

*Dep. Tupyini*

*Dep. Herculano*

*Dep. Traiano*

*Dep. Pastor*

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

*Dep. Nereu* **APROVADO**  
25.03.14



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 26 FEV. 2014

1º Secretário

**PROJETO DE LEI Nº 97/2014**

Altera a Lei nº 9.944, de 27 de abril de 1992, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.944, de 27 de abril de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação Pestalozzi de Santa Terezinha de Itaipu, com sede no Município de Santa Terezinha de Itaipu e foro no Município de Foz do Iguaçu".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA  
Membro

Deputado TADEU VENERI  
Membro

Deputado TERCILIO TURINI  
Membro

Deputado ANDRÉ BUENO  
Membro

Deputado ANIBELLI NETO  
Membro





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de modificação do nome, da sede e do foro da entidade declarada de Utilidade Pública de acordo com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 97/2014**

**Projeto de Lei nº. 97/2014**

**Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.**

**Súmula:** Altera a Lei nº 9.944, de 27 de abril de 1992, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 9.944/1992 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “SOCIEDADE PESTALOZZI DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO” PARA “ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE ITAIPU E FORO NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a denominação, a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Lei 9.944/1992. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Sociedade Pestalozzi de Santa Terezinha de Itaipu, com sede e foro no município.

O projeto pretende modificar a denominação da "Sociedade Pestalozzi de Santa Terezinha de Itaipu, com sede e foro no município" para "Associação Pestalozzi de Santa Terezinha de Itaipu, com sede no Município de Santa Terezinha de Itaipu e foro no Município de Foz do Iguaçu", conforme consta sua razão social.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**  
**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições**  
**que disponham sobre:**  
**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**CONCLUSÃO**


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, em 25 de Março de 2014.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA**  
**RELATOR**

  
Dep. Cordeiro

  
Dep. Targino

  
Dep. Fernando

  
Dep. Triciano

  
Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
Dep. Nereu

**APROVADO**

**25.03.14**



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 26 FEV. 2014

1º Secretário

**PROJETO DE LEI Nº 98 /2014**

Altera a Lei nº 7.626, de 9 de julho de 1982, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 7.626, de 9 de julho de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rondon, com sede no Município de Rondon e foro no Município de Paraíso do Norte".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA  
Presidente

Deputado PEDRO LUPION  
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA  
Membro

Deputado TADEU VENERI  
Membro

Deputado TERCÍLIO TURINI  
Membro

Deputado ANDRE BUENO  
Membro

Deputado ANIBELLI NETO  
Membro



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de modificação do foro da entidade declarada de Utilidade Pública.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 98/2014**

**Projeto de Lei nº. 98/2014**

**Autores:** Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

**Súmula:** Altera a Lei nº 7.626, de 9 de julho de 1982, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA:** MODIFICAÇÃO DO FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 7.626/1982 - ALTERAÇÃO DO FORO - POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 7.626/1982. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RONDON - APAE, com sede e foro na cidade de Rondon.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



O projeto pretende modificar o "foro na cidade de Rondon" para "foro no Município de Paraíso do Norte.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**  
**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**  
**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a  
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*






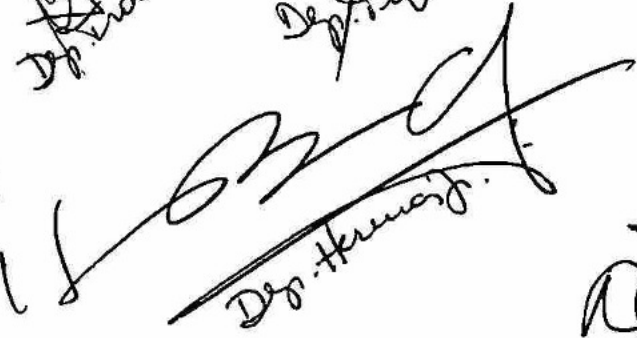
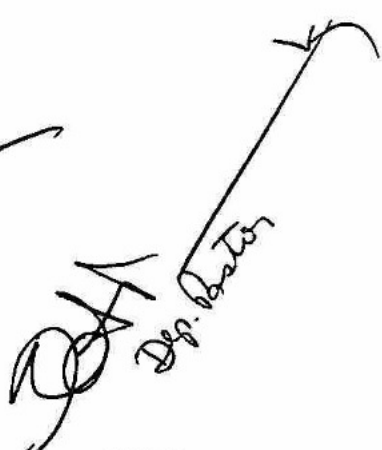
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Março de 2014.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
**Dep. Nereu**

**APROVADO**

**25.03.14** 